



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

RELATÓRIO

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE

2016

MESA DIRETORA 2015-2016

José Albuquerque (PROS)
Presidente

Tin Gomes (PHS)
1° Vice-Presidente

Daniel Oliveira (PMDB)
2° Vice-Presidente

Sérgio Aguiar (PROS)
1° Secretário

Manoel Duca (PROS)
2° Secretário

João Jaime (DEM)
3° Secretário

Joaquim Noronha (PP)
4° Secretário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE

PRESIDENTE – DEPUTADO CARLOMANO MARQUES (PMDB)

VICE-PRESIDENTE – DR. CARLOS FELIPE (PCdoB)

MEMBROS:

AUGUSTA BRITO (PCdoB)

DR. SARTO (PDT)

LUCILVIO GIRÃO (PP)

LEONARDO PINHEIRO (PP)

FERNANDA PESSOA (PR)

SUPLENTES:

DRA. SILVANA (PMDB)

RACHEL MARQUES (PT)

ANTÔNIO GRANJA (PDT)

JÚLIO CÉSAR FILHO (PDT)

BETHORES (PMB)

BRUNO GONÇALVES (PEN)

FERNANDO HUGO (PP)

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE EM 2016

PRIMEIRA (1ª) REUNIÃO CONJUNTA das com as Comissões de Seguridade Social e Saúde, de Trabalho Administração e Serviço Público, de Orçamento, Finanças e Tributação, da Juventude e de Ciência, Tecnologia e Educação Superior

DATA: 04/02/16

HORA: 9h15min.

LOCAL: Auditórios Deps. Almir Pinto e Abelardo Costa Lima (nºs 2 e 4) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Discussão e votação de proposições e pareceres, sujeitos à aprovação do Plenário.

DEPUTADOS PRESENTES:

Dr. Sarto, Elmano Freitas, Evandro Leitão, Walter Cavalcante e ZéAilton Brasil – **membros da COFT;**

Dr. Sarto, Dra. Silvana e Rachel Marques (autoindicada por ser vice-líder do Bloco PROS/PT/PCdoB/PSD, para substituir o Deputado Gony Arruda, conforme art. 70 do Regimento Interno) - **membros da CTASP;**

Dra. Silvana, Robério Monteiro (autoindicado por ser líder do Bloco PROS/PT/PCdoB/PSD, para substituir o Deputado Dr.Carlos Felipe, conforme art. 70 do Regimento Interno), Dr. Sarto, Fernanda Pessoa e Rachel Marques (autoindicada por ser vice-líder do Bloco PROS/PT/PCdoB/PSD, para substituir o Deputado Leonardo Pinheiro, conforme art. 70 do Regimento Interno) – **membros da CSSS;**

Robério Monteiro (autoindicado por ser líder do Bloco PROS/PT/PCdoB/PSD, para substituir o Deputado Dr.Carlos Felipe, conforme art. 70 do Regimento Interno), Walter Cavalcante, ZéAilton Brasil, Rachel Marques (autoindicada por ser vice-líder do Bloco PROS/PT/PCdoB/PSD, para substituir o Deputado Odilon Aguiar, conforme art. 70 do Regimento Interno) – **membros da CCTES;**

Elmano Freitas (indicado pela vice-líder do Bloco PROS/PT/PCdoB/PSD, Deputada Rachel Marques, para substituir a Deputada Augusta Brito, conforme art. 70 do Regimento Interno), Fernanda Pessoa e Rachel Marques (autoindicada por ser vice-líder do Bloco PROS/PT/PCdoB/PSD, para substituir o Deputado Ivo Gomes, conforme art. 70 do Regimento Interno) – **membros da CJ.**

Estiveram presentes ainda os Deputados Robério Monteiro, Tin Gomes, Lucílvio Girão, Joaquim Noronha, Carlos Matos e Renato Roseno, o reitor da Universidade Estadual do Ceará, Prof. Dr. José Jackson Coelho Sampaio, o Secretário de Saúde do Estado do Ceará, Henrique Jorge Javi de Sousa.

DELIBERAÇÕES:

1. Proposição nº 02/16 (Oriunda da Mensagem nº 7.948/15) de autoria do Poder Executivo

“Dispõe sobre medidas de combate e de controle à proliferação do agente transmissor da Dengue, Chikungunya e Zika.” (**CSSS; CTASP; COFT**)

Entrada: 04/02/2016

Relator: Deputado Evandro Leitão

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

2.1 Emenda Aditiva Nº 01/16 de autoria do Deputado Audic Mota à Proposição Nº 02/2016 – “Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei 2/2016, através da Mensagem 7.948”.

Entrada: 04/02/2016

Relator: Deputado Evandro Leitão

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

2.2 Emenda Aditiva Nº 02/16 de autoria do Deputado Audic Mota à Proposição Nº 02/2016 – “Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei 2/2016, através da Mensagem 7.948”.

Entrada: 04/02/2016

Relator: Deputado Evandro Leitão

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

2.3 Emenda Aditiva Nº 03/16 de autoria do Deputado Joaquim Noronha à Proposição Nº 02/2016 – “Adiciona o §3º ao art. 3º, do Projeto de Lei oriundo da Mensagem 7.948”.

Entrada: 04/02/2016

Relator: Deputado Evandro Leitão

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

2.4 Emenda Modificativa Nº 04/16 de autoria do Deputado Joaquim Noronha à Proposição Nº 02/2016 – “Modifica o art. 4º, do Projeto de Lei oriundo da Mensagem 7.948”.

Entrada: 04/02/2016

Relator: Deputado Evandro Leitão

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

2.5 Emenda Supressiva Nº 05/16 de autoria dos Deputados Elmano de Freitas e o Deputado Carlos Felipe à Proposição Nº 02/2016 – “Suprime o § 4º do art. 2º da Mensagem 02/2016”

RETIRADA PELOS AUTORES

2.6 Emenda Aditiva Nº 06/16 de autoria do Deputado Elmano de Freitas à Proposição Nº 02/2016 – “Acrescenta art. 5º à Mensagem nº 02/06”.

Entrada: 04/02/2016

Relator: Deputado Evandro Leitão

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

2.7 Emenda Modificativa Nº 07/16 de autoria do Deputado Carlos Matos à Proposição Nº 02/2016 – “Altera a art. 4º e acrescenta o art. 5º ao Projeto de Lei Nº 02/2016, oriundo da Mensagem Nº 7.948/2016, de autoria do Poder Executivo.

Entrada: 04/02/2016

Relator: Deputado Evandro Leitão

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

2.8 Emenda Aditiva Nº 08/16 de autoria do Deputado Carlos Matos à Proposição Nº 02/2016 – Acrescenta o § 5º ao art. 2º do Projeto de Lei Nº 02/2016, oriundo da Mensagem Nº 7.948/2015, de autoria do Poder Executivo.

Entrada: 04/02/2016

Relator: Deputado Evandro Leitão

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

2.9 Emenda Modificativa Nº 09/2016 ao Projeto de Lei que acompanha a Mensagem do Poder Executivo de nº 7.948/15 de autoria dos deputados Evandro Leitão e José Sarto – Requer acatamento de emenda que modifica o §2º do art. 2º da Mensagem nº 02/2016 (Oriunda da Mensagem nº 7.948/2015).

Entrada: 04/02/2016

Relator: Deputado ZéAilton Brasil

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

2.10. Emenda Aditiva nº 10/2016 a Mensagem nº 02/2016 de autoria do deputado Elmano de Freitas – Acrescenta o §2º ao art. 1º à Mensagem nº 02/2016.

RETIRADA PELO AUTOR

2.11. Emenda Aditiva nº 11/2016 a Mensagem nº 02/2016 de autoria do deputado Elmano de Freitas – Acrescenta o §2º ao art. 1º à Mensagem nº 02/2016.

Entrada: 04/02/2016

Relator: Deputado Evandro Leitão

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

PRIMEIRA (1ª) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 04/02/2016

HORA: 10h30min

LOCAL: Auditórios Deps. Almir Pinto e Abelardo Costa Lima (nºs 2 e 4) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Leitura, discussão e votação de ata, requerimentos e proposição.

DEPUTADOS PRESENTES: Dr. Carlos Felipe (presidiu), Dr. Sarto, Fernanda Pessoa e Drª Silvana.

DELIBERAÇÕES:

- Lida, discutida e aprovada a Ata da Reunião anterior e distribuída anteriormente por e-mail aos

1. Requerimento Nº 001/2016 de Autoria do Deputado Dr.Carlos Felipe

“Requer a realização de Audiência Pública para debater a Cardiopatia Congênita no Estado do Ceará”.

ENTRADA: 03/02/2016

POSIÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

2. Requerimento Nº 002/2016 de Autoria do Deputado Dr.Carlos Felipe

“Requer a realização de Audiência Pública para debater ações à epidemia pelo Zika Vírus e discutir políticas públicas de prevenção e enfrentamento da Microcefalia no Estado do Ceará”.

ENTRADA: 03/02/2016

POSIÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

3. Requerimento Nº 003/2016 de Autoria da Deputada Fernanda Pessoa

“Requer a realização de uma visita à Policlínica de Maracanaú”.

ENTRADA: 04/02/2016

POSIÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

4. Requerimento Nº 004/2016 de Autoria da Deputada Fernanda Pessoa

“Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre as Doenças Raras e a Portaria Federal Nº 199 que não está sendo cumprida no Estado do Ceará.

ENTRADA: 04/02/2016

POSIÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

5. Proposição Nº 001/2016 – Projeto de Resolução de Autoria da Comissão de Segurança Social e Saúde

Prorroga a Licença do Deputado Carlomano Marques pelo período de 125 (cento e vinte e cinco) dias.

ENTRADA: 02/02/16
RELATOR: Deputado Dr. Sarto
PARECER: Favorável
POSIÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

SEGUNDA (2ª) REUNIÃO CONJUNTA das Comissões de Seguridade Social e Saúde, de Trabalho, Administração e Serviço Público, e de Orçamento, Finanças e Tributação

DATA: 11/02/16

HORA: 12h50min

LOCAL: Auditórios Deps. Almir Pinto e Abelardo Costa Lima (nºs 2 e 4) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Discussão e votação de proposições e pareceres, sujeitos à aprovação do Plenário.

DEPUTADOS PRESENTES: Júlio Cesar Filho, Antônio Granja, Dr. Sarto, Elmano Freitas, Roberto Mesquita, Walter Cavalcante e Odilon Aguiar – **membros da COFT**; Antônio Granja, Júlio Cesar Filho, Dra. Silvana e Leonardo - **membros da CTASP**; Leonardo Pinheiro, Dra. Silvana, Antônio Granja e Júlio Cesar Filho' – **membros da CSSS**;

Estiveram presentes ainda os Deputados Audic Mota e Carlos Matos

DELIBERAÇÕES:

1. Voltando com Emendas de Plenário à Proposição nº 02/16 (Oriunda da Mensagem nº 7.948/15) de autoria do Poder Executivo (CSSS; CTASP; COFT)

1.1 Emenda Aditiva DE PLENÁRIO Nº 01/16 de autoria do Deputado Capitão Wagner à Proposição Nº 02/2016 – “Acrescenta Parágrafo ao Artigo 1º do Projeto de Lei 2/2016, na forma que indica”.

Entrada: 11/02/2016

Relator: Deputado Dr. Sarto

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

1.2 Emenda Aditiva DE PLENÁRIO Nº 02/16 de autoria dos Deputados Joaquim Noronha, Evandro Leitão e Elmano Freitas à Proposição Nº 02/2016 – “Acrescenta um novo § 4º do Art. 2º e renumera os demais parágrafos do artigo na Mensagem nº 02/2016.”.

Entrada: 11/02/2016

Relator: Deputado Dr. Sarto

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

1.3 Emenda Aditiva DE PLENÁRIO Nº 03/16 de autoria da Deputada Dra. Silvana à Proposição Nº 02/2016 – “Acrescenta o §5º ao art. 2º, do Projeto de Lei nº 02/13”.

Entrada: 11/02/2016

Relator: Deputado Dr. Sarto

Parecer: Favorável

Posição das Comissões: Aprovado o parecer do Relator

PRIMEIRA (1ª) AUDIÊNCIA PÚBLICA – Requerimento do Deputado Dr. Carlos Felipe, subscrito pelo Deputados(as) Fernanda Pessoa, Drª Silvana e Carlos Matos

DATA: 24/02/16

HORA: 14h30min

LOCAL: Auditórios Deps. Castelo de Castro e Manoel de Castro (1 e 3) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Debater ações de combate à epidemia pelo zika vírus e discutir políticas públicas de prevenção e enfrentamento da microcefalia no estado do Ceará.

DEPUTADOS PRESENTES: Dr. Carlos Felipe, Laís Nunes e Carlos Matos

CONVIDADOS PRESENTES: Vereador Iraguassu Teixeira, presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Fortaleza; Antonio Tadeu Uchoa Filho, representante da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública; Dra. Aline Gurgel, representante da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); Dr. Érico Arruda, representante do Conselho Regional de Medicina; Dra. Joana Ferreira Magalhães, representante do Serviço de Gestão Administrativa do Ministério da Saúde; Dr. Leonildo Peixoto Farias, Superintendente da FUNASA; Dr. Robério Leite, representante do Hospital São José.

RESUMO: O presidente em exercício, Deputado Dr. Carlos Felipe, cumprimentou a todos e esclareceu que o debate é fundamental tendo em vista o crescente número da doença e de registros de bebês com microcefalia como possível consequência do zika vírus. Em seguida, passou a palavra à Deputada Laís Nunes, que enfatizou a importância do caráter permanente das campanhas de prevenção, devendo-se levar informações para as mulheres grávidas e mães de crianças com microcefalia. O presidente, então, passou a palavra para o Vereador Iraguassu Teixeira que falou da necessidade de campanha de conscientização através dos veículos de comunicação da Câmara Municipal de Fortaleza e da Assembleia Legislativa, uma vez que se tem de defender a saúde pública do Estado e do Município. Acrescentou que alguns estados já punem com multa aqueles que jogam lixo nas ruas e que o mesmo deveria acontecer no Ceará. O Dr. Robério Leite, representante do Hospital São José, disse ser necessário encarar o problema como uma tragédia na saúde pública. Disse ainda que a situação é de extrema gravidade não bastando soluções técnicas, mas também uma mudança radical nos hábitos da população e no cuidado com o meio ambiente. O Deputado Dr. Carlos Felipe acrescentou que quarenta (40) anos de métodos tradicionais não conseguiram debelar a dengue. Em seguida o Dr. Érico Arruda disse que estamos diante de um novo fenômeno e que há uma forte relação entre o zika infectando a mulher grávida e a microcefalia. Não há estatística, sendo um fenômeno inédito, de abril de 2015. Acrescentou que as Unidades de Saúde devem estar preparadas e atentas por considerar o aumento da demanda. O Dr. Antonio Tadeu Uchoa Filho, representante da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública, falou que em 27 de Janeiro foi instaurado, através de uma Audiência com entidades públicas e privadas, procedimentos específicos para o combate ao zika vírus e a chikungunya, como a formação de multiplicadores, visitas às residências, criação de ecos pontos e acrescentou que a SESA capacitou 300 militares do Exército para atuar no interior do Estado e que também irá distribuir telas para cobrir as caixas d'água. Disse que o grande responsável ao combate ao mosquito é a população, que deverá se conscientizar dos riscos. Em seguida o Deputado Carlos Matos indagou se seriam os agentes de endemias que procederiam à implantação das telas, alegando também, que se a sociedade não se conscientizar, há poucas chances. A Dra. Aline Gurgel, representante da FIOCRUZ, falou que o modelo utilizado no controle das Endemias não tem dado a resposta que a população precisa, uma vez que a dengue vem aumentando ao longo do tempo. Ressaltou que mesmo que a população faça um enorme esforço para combater o mosquito é fundamental colocar em prática Políticas de Saneamento Básico e

Ambiental. Acrescentou que é necessário repensar o modelo de controle químico do mosquito, pois há riscos do veneno causar problemas de saúde para a população e que acima de tudo é preciso proteger a vida humana, devendo-se evitar produtos que causem danos à saúde e questionou: “Até onde vamos combater uma doença causando adoecimento?”.

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/49952-2402-jm-audiencia-zica>



SEGUNDA (2ª) AUDIÊNCIA PÚBLICA – Requerimento da Dep. Fernanda Pessoa

DATA: 29/02/16

HORA: 08h30min

LOCAL: Auditórios Deps. Castelo de Castro e Manoel de Castro (1 e 3) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Discutir sobre as doenças raras e a Portaria Federal nº199 que não está sendo cumprida no Estado do Ceará.

DEPUTADOS PRESENTES: Fernando Pessoa.

CONVIDADOS PRESENTES: Vereador de Fortaleza Acrísio Sena, Fátima Braga – representante da Secretaria da Saúde do Estado, Cristiano Rôla – coordenador Unimed Lar/Doenças Raras, Dalgimar Bezerra de Menezes – Patologista, Cristiane Rodrigues – representante do Hospital Albert Sabin, Antonio Tadeu Uchoa Filho, representante da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública, Adriana Paula Oliveira da Silva – representante do Sindicato dos Médicos, Mônica Aderaldo – representante da Associação Cearense de Doenças Genéticas/ACDG, Cristiane Aguiar – neuro pediatra, Marcelo Alcântara – UFC, Sandra Solange – representando a Secretaria da Saúde do Município de Fortaleza.

RESUMO: A criação de uma comissão especial na Assembleia Legislativa, em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado, para buscar formas de garantir no Ceará o cumprimento da Portaria 199/2014, foi sugerida em audiência pública nesta segunda-feira (29/02). A portaria institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras. A sugestão foi da proponente do debate, deputada Fernanda Pessoa (PR), que lamentou a ausência de políticas públicas para esse segmento.

Segundo a parlamentar, o documento estabelece, entre outros pontos, a distribuição de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação da Rede de Atenção e Cuidados

à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, também a ser contemplada pelo SUS. De acordo com Fernanda Pessoa, essas disposições não estão sendo cumpridas satisfatoriamente no Estado.

A deputada destacou ainda que hoje, por ser o Dia Mundial de Conscientização sobre as Doenças Raras, “é importante aproveitar a oportunidade para lançar luz às famílias das pessoas com essas doenças no Ceará, sensibilizando todos sobre essa questão, devido à grande complexidade de tratamento dessas doenças”.

A presidente da Associação Brasileira de Amiotrofia Espinhal (Abrame), Fátima Braga, lamentou também a ausência de políticas públicas direcionadas à questão das doenças raras no estado do Ceará.

“Essa é uma luta em que, sem o apoio dos médicos, das gestões públicas e dos políticos, as dificuldades vão ser cada vez maiores, pois enfrentamos muitas adversidades no dia a dia, como falhas em diagnósticos e carências de tratamentos preventivos”, assinalou Fátima Braga.

De acordo com a representante da Associação Cearense de Doenças Genéticas (ACDG), Mônica Aderaldo, diversas entidades representativas de movimentos das pessoas com doenças raras já pediram para que hospitais de referência no Estado adotem o que está estabelecido pela portaria.

“Temos uma luta para que o Hospital Geral de Fortaleza (HGF) ou o Hospital Dr. César Cals atendam pacientes com doenças raras, o que não acontece, pois encontramos problemas em relação a exames. Sentimos também a ausência de um sistema eficiente no setor público de home care ou assistência domiciliar, uma modalidade que presta serviços na área de saúde visando à continuidade do tratamento hospitalar no domicílio”, relatou Mônica Aderaldo.

RG/CG

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/50079-29-02-2016-rg01>



TERCEIRA (3ª) AUDIÊNCIA PÚBLICA – Requerimento da Dep. Dr. Carlos Felipe

DATA: 30/03/16

HORA: 14h

LOCAL: Auditório Dep. Carlos Eduardo Benevides (nº06) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Debater a Cardiopatia Congênita no Estado do Ceará.

DEPUTADOS PRESENTES: George Valentim, Dr. Carlos Felipe, Capitão Wagner.

CONVIDADOS PRESENTES: Lilian Amorim – representando a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, Tadeu Uchoa Filho – representando a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública, Valdester Cavalcante Pinto Júnior – chefe da Cirurgia Cardiovascular Pediátrica do Hospital de Messejana, Ricardo Maria Nobre Othon Sidou – representando o Conselho Regional de Medicina, Josete Malheiros Tavares – presidente do Conselho das Secretarias de Saúde do Estado do Ceará/Cosems, Sandro Salgueiro Rodrigues – presidente da Sociedade Cearense de Cardiologia, Rafael Barreto – representando a Comissão de Saúde da OAB/Ce, Moacir Soares – representando os pais, Márcia de Paula Sousa – representando a APRECE, Maria Márcia Morais Souto Maior – representando a Coordenação do Curso de Medicina da UNIFOR, Célio Vidal Pessoa – cardiologista do Departamento de Saúde da Alec, Hugo Porto – promotor de Justiça e coordenador do CAO Cidadania do MP/Ce, Glauco Lobo – representando a UFC, Mylza Rosado – representando o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Educacional, Andrea Nogueira Lopes – conselheira fiscal do Incor Criança, Gotardo Duarte – representando o Hospital Albert Sabin

RESUMO: O dr. Valdester apresentou seu trabalho de MBA, o estudo reúne conceitos médicos sobre a doença e assegura fundamentos para a formulação de uma proposta de Rede de Atenção Integral à Saúde dos Portadores de Cardiopatias Congênitas. Na apresentação, destacou o índice de mortalidade das crianças e o nível de escolaridade dos pais, a necessidade de uso da telemedicina para compor a Rede, formação de equipes tutorias para as equipes multiprofissionais, elaboração de cartilha, a precarização dos recursos humanos com implantação de uma política de recursos humanos e o mapa estratégico para uma saúde com equidade. Em seguida foi discutido a realização de ultrassom morfológico para diagnóstico precoce e melhor acompanhamento dessas crianças. “Na atenção primária, por exemplo, o foco é a promoção da saúde, com programas voltados à prevenção, cuidado e reabilitação. A partir de um acompanhamento continuado e próximo, vai ser mais fácil reconhecer adequadamente os problemas de agudização da condição crônica dos pacientes, dando ensejo para ofertar serviços em outros pontos de atenção”, pontuou Valdester.

O dr. Hugo, do Ministério Público, resaltou a importância da notificação e os atores como o CRAS e o SUAS nessa rede. O representante do CRM, dr Ricardo Sidou, colocou o CRM e a Sociedade de Pediatria, como parceiros nessa empreitada. Outros atores falaram ressaltando a importância da Rede e a necessidade de ampliar a capacidade cirúrgica para essas patologias. O presidente da Sociedade Cearense de Cardiologia, Sandro Salgueiro, defendeu a ideia de se criar uma Central de Regulação de Crianças com Cardiopatia. “Se não de maneira definitiva, pelo menos parcial, com a distribuição de crianças com cardiopatias de maior complexidade para unidades médicas específicas”, afirmou. Tendo como encaminhando da audiência pública a proposta do Incor Criança fazer parceria com os camilianos para a realização das cirurgias. A Dra. Lilian Amorim, secretária executiva da Sesa, comprometeu-se a fazer o grupo de trabalho para a realização da parceria. O deputado Carlos Felipe também colocou como proposta contactar os deputados Federais para designar verba para o Incor Criança. Instalação de US morfológico nas policlínicas para rastrear. Propiciar a educação com o uso da rede da universidade e da Escola de Saúde Pública.

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/51169-30-03-2016-rg>



PRIMEIRA (1ª) REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI

DATA: 23/03/16

HORA: 14h30min

LOCAL: Salão Nobre da Alec.

PAUTA: Discutir formas de potencializar o combate ao mosquito transmissor da dengue, da zika e da chikungunya.

DEPUTADOS PRESENTES: Carlos Matos, Fernanda Pessoa, Leonardo Pinheiro, Evandro Leitão.

CONVIDADOS PRESENTES:

RESUMO: Instalada no dia 23/03/16, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por Ato da Presidência 191/2016, publicado no DOE 18/03/16, tendo como objetivo colaborar e articular, em conjunto com a sociedade civil, medidas para a erradicação do mosquito Aedes Aegypti – vetor de doenças como a dengue, a febre chikungunya e a zika.

OBJETIVO:

1. Eleição do Presidente e Relator

2. Apresentações:

2.1. - Dr. Anastácio Queiroz – Infectologista e Professor da UFC - Conceitos e desafios

2.2. - Dr. Marcio Garcia - Técnico da Secretária da Saúde do Estado do Ceará – O que está sendo feito e desafios.

2.3. - Dr. Moacir Tavares – Superintendente da Escola de Saúde Pública - O que está sendo feito e desafios.

3. Agenda de trabalho.

INFORMAÇÕES DISCUTIDAS

- O líder do governo propôs o Deputado Carlos Matos como presidente e o Deputado Leonardo Pinheiro como relator, os quais, postos em votação, foram eleitos por aclamação.
- Apresentou, como tática, não esperar o relatório para as ações, propondo **disponibilizar no portal da ALEC o “checklist da dona de casa”** e a TV Assembléia como parceira.

APRESENTAÇÃO DR. ANASTÁCIO

- São três doenças humanas - zika, dengue e chikungunya - com o mesmo vetor, o mosquito Aedes Aegypti, que tem hábitos urbanos, sendo encontrado em todos os tipos de reservatórios. Pode permanecer em forma de ovo por até 01 ano, e com ciclos de postura de até 500 ovos.

- Com relação às doenças, falou da entrada no Brasil e consequente expansão. Destacou os sintomas clínicos de cada doença, ressaltando que na zika são mais leves, tendo com relação às grávidas maior gravidade para o feto. O vírus Zika foi isolado do macaco Rhesus em 1947. Só recentemente foi relacionado com a microencefalia. A zika torna-se mais preocupante porque pode passar assintomática, porém contaminante. Os exames para o ZIKA não dispõem de teste sorológicos comerciais como a dengue e chikungunya. O LACEN(Laboratório Central) está realizando exames para mulheres grávidas. A conduta não é alterada pelo diagnóstico.
- A zika foi confirmado no Brasil em 2013.
- **A grande questão é a prevenção e o grande desafio é que depende de todos nós.**

SUGESTÕES:

- **Trabalhar a imagem da grávida para melhor sensibilização da população.**
- **Discutir nas escolas.**
- **O papel dos agentes, que são mal remunerados e não fazem seu papel de convencimento, precisando serem bem treinados e motivados.**
- **Fumacê: esclarecer a população para deixar as janelas abertas pois só funciona se as gotículas tocarem os mosquitos. É importante fazer a avaliação dos custos e benefícios.**
- **Maior cuidado com o lixo nos bairros, pois vivemos a era dos plásticos.**

APRESENTAÇÃO DR. MARCIO GARCIA

- 2016 – O cenário da dengue, até o momento, apresenta redução do número de casos, com 01 óbito em 2016.
- Chikungunya é uma doença nova no Brasil, surgindo em 2014.
- Pode trazer grande impacto laboral com afastamento de 07 dias, podendo ir até 01 ano.
- No Ceará, existem 437 casos de microencefalia, com 17% confirmados com etiologia de doenças infecciosas. Nem todos foram zikas, que teve apenas 09 casos confirmados.
- Lembrou que a sífilis (que está aumentando o número de casos no estado), toxoplasmose, citomegalovírus, álcool e drogas também causam microencefalia.
- Com o aumento da vigilância epidemiológica e o trabalho do Serviço de Verificação de Óbito(SVO), percebeu-se o aumento de casos.
- **Falou da importância de discutir o modelo de combate que vem sendo feito, aproveitando os pontos positivos e criando novas formas.**
- **Novas estratégias realizadas pela SESA visam EVITAR TODAS AS FORMAS QUE IMPOSSIBILITEM O MOSQUITO NASCER.**
- Ressaltou a importância do uso do FUMACE, cuja eficácia chega até 50%, devendo ser avaliado seu custo benefício, pois sua ação ocorre em situações de aumento de casos de forma epidêmica
- **As ações devem acontecer de forma individualizada por município.**

- Fortaleza - em áreas com aumento de casos e com dificuldades de visita pelos agentes - está usando o fumacê. Outros municípios, após avaliação de dados, também estão utilizando-o.
- Hoje a SESA tem 23 veículos para o fumacê
- **Atualmente a SESA trabalha com grupos de Brigadas para as empresas utilizando a lógica de compartilhar a responsabilidade. Já foram treinados 2826 brigadistas.**
- Distribuição de telas para a vedação, o que pode ser solicitado por qualquer município
- Uso de larvicida.

APRESENTAÇÃO DR. MOACIR TAVARES

- Informou a existência da SALA NACIONAL de enfrentamento, VINCULADA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, ressaltando que este modelo replicou nos estados. No Ceará, o comitê foi instalado em 21 de dezembro de 2016.
- **Acredita que o enfrentamento é intersetorial porque o setor saúde sozinho não resolve a epidemia. Destacou a ação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará como fundamental na colaboração intersetorial.**
- A educação em saúde pode dizimar 85 % por cento do mosquito quando o ovo está colado nos vasilhames. A melhor tecnologia é a esponja, o braço e a mão.
- Falou das outras tecnologias como mosquitos transgênicos, fumacê e que não são tão eficazes quanto a ação da educação e limpeza.
- Falou da importância da criação de uma Brigada na Assembleia Legislativa.
- Destacou o papel do processo urbano na sobrevivência do mosquito e da necessidade de fazer desse espaço inóspito para a sobrevivência do mosquito
- Distribuição de três milhões e quinhentos mil panfletos pelas Forças Armadas.
- A Sala de Enfrentamento do estado do Ceará foi reconhecida como a melhor do País, sendo reconhecida para receber uma representação da OMS.
- Atenção especial às delegacias e depósitos de carros do Detran e PRF.
- Existem 2 eixos na ação: evitar a epidemia e tratar a microcefalia.

DEPUTADO CARLOS MATOS

PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR

Apresentou aos presentes alguns questionamentos:

- O mosquito tem mutação?
Resposta – Tem sim, como uma adaptação de vida aos locais, o que tem criado resistência aos inseticidas.
- Qual o ciclo de vida do Mosquito?
Resposta – 30 a 35 dias. E pode por durante sua vida até 500 ovos. De 07 a 10 dias até o ovo eclodir e o mosquito voar. E até 400 dias na forma de ovo.
- A tecnologia de energia nuclear para tirar a fertilidade poderia ser usada?.Existem outras tecnologias?
- Resposta – Difícil para essa situação pelos hábitos urbanos, pois eles estão em todos os locais, assim como também o uso da bactéria “voobacter”.
E a produção de mosquitos transgênicos, já usados em Feira de Santana (as pesquisas têm indicado que esta prática têm sustentabilidade).
- O que seria o caos com essas doenças transmitidas por mosquitos?

Respostas – 120 arboviroses podem causar doenças. No momento essas três: zika, dengue e chikungunya.

DECISÕES

- A reunião ocorrerá toda terça-feira.
- Será criado um Corpo Técnico.
- Serão convidados profissionais para contribuir na discussão.
- A Frente terá duração de 90 dias

SUGESTÃO: DR. MARCIO GARCIA

- **O eixo da comunicação pode ser bem explorado pela Assembleia Legislativa, podendo inclusive usar o material da FIOCRUZ disponível.**
- **Cada deputado colocar na sua pauta individual o combate contra a Dengue e levar para suas bases, formaria um exército, constituindo um forte multiplicador.**
- **Legislação que estenda a instituição das Brigadas para os estabelecimentos privados. Seria uma corresponsabilidade. Isso seria atrelado aos alvarás.**
- **Articulação com todos os setores: MP, COGERH, EDUCAÇÃO.**
- Ressaltou que o papel da saúde é primordialmente cuidar do doente e não todos os condicionantes que lhe são imputados.

APRESENTAÇÃO DR. CARLILE LAVOR

- Falou do êxito do município de Pedra Branca, com 40 mil habitantes, há 14 anos sem dengue, zika e chikungunya. Fez um grande trabalho de educação e valorização dos agentes de endemias.. Sugeriu a visita à cidade de Pedra Branca.
- **Agentes de saúde (18000) e Agentes de endemia (4000) precisam ser mais capacitados e motivados para seu trabalho, o que pode contar com a ajuda da Escola de Saúde Pública.**
- **Destacou o emprego do gesso como vedação das telas**
- **A vigilância é eficaz portanto, ao ser identificada uma casa infectada, ocorrerá visita do agente de endemia a cada 7 dias nas casas no raio de 100 metros.**

SUGESTÕES

Dr. ANASTÁCIO.

- Treinar melhor os agentes
- Envolver os prefeitos.

Dra. ELIANE.

- trabalhar mais a educação e a necessidade das ações serem mais interligadas.

DEPUTADO CARLOS MATOS – CONCLUSÕES FINAIS

1. Ação de Pedra Branca ser replicada em municípios médios e grandes.
2. Solicitar o envio de materiais do que está sendo feito na SESA e na SALA DE SITUAÇÃO a fim de buscar um nivelamento.
3. A comunicação da Assembleia Legislativa começar uma campanha.
4. Envolver a APRECE.
5. Criar as Brigadas estratégicas, com Lei ou sem lei, a partir do mapeamento das CIPAs e transformá-las com ação especial; e agregar as funções após a avaliação jurídica.
6. Criar uma lei para os municípios terem uma Brigada e uma forma inteligente de adesão, tipo contrapartida.

7. Instalar a brigada necessitará de qualificação de todos os agentes de endemia e agentes rurais. Todas as miniações definidas poderão ser a partir de Pedra Branca se ela for a referência.

8. Na próxima semana já sair com 10 ações.

- Trabalhar o check list da Fiocruz adaptado à nossa linguagem para a próxima reunião.
- Utilizar a imagem das grávidas para sensibilizar.
- Traçar as ações.
- Ver custos para a ação.
- Possibilitar a criação de um programa novo, que pode chamar-se Sol Nascente. Envolver as universidades particulares, lembrando que elas colocariam seus alunos a custo zero.
- Criação das Brigadas nos serviços públicos e em empresas com mais de 100 funcionários..
- O que o governo estiver fazendo e o que for realizado tenha a ALEC como aliada.
- Legislação compulsória.
- Aluno líder. Receberá uma qualificação e será o divulgador
- A realidade do município de Pedra Branca para ser replicável se for viável.

SEGUNDA (2ª) REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI

DATA: 05/04/16

HORA: 14h30min

LOCAL: Salão Nobre da Alec.

PAUTA: Discutir formas de potencializar o combate ao mosquito transmissor da dengue, da zika e da chikungunya.

DEPUTADOS PRESENTES: Carlos Matos, Fernanda Pessoa, Leonardo Pinheiro, Evandro Leitão.

CONVIDADOS PRESENTES: Coordenador da Coprom-Sesa - Márcio Garcia,

RESUMO: Ficou definido que será realizada, na próxima semana, uma visita ao município de Pedra Branca, para verificar a experiência positiva dos agentes de endemias da cidade.

Também estão agendadas reuniões quinzenais, além de terem sido definidas diversas ações, como encontros regionais, visitas técnicas e de acompanhamentos, produção de material educativo, propagandas institucionais, anúncios, criação de ferramenta de sugestões, entre outras.

Conforme o deputado Carlos Matos (PSDB), presidente da Frente, o objetivo é identificar os gargalos de combate ao mosquito. "A expectativa é ajudar o Governo, pois a Assembleia Legislativa, com seus 46 deputados, de diferentes partidos, são uma grande força de articulação", destaca. Ele ressalta que o Ceará tem liderado o ranking nacional de óbitos relacionados aos casos de microencefalia em recém-nascidos afetados pelo zika vírus.

Para o relator da Frente, deputado Leonardo Pinheiro (PP), a iniciativa dos parlamentares é fundamental, por ser uma questão de saúde pública no Ceará. "A dengue ainda causa

muitas vítimas, e a zika deixa sequelas graves, tendo um impacto social muito grande", diz.

Neste ano, já foram notificados 6.419 casos de dengue, 43 casos de chikungunya e 426 de microcefalia pelo zika vírus (do final de 2015 até o momento) no Ceará, conforme dados da Coordenadoria de Promoção e Proteção à Saúde (Coprom) da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (Sesa).

O coordenador da Coprom-Sesa, Márcio Garcia, destaca que o Ceará tem um Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) bastante eficiente. "Como vários estados muitas vezes não conseguem identificar os óbitos, pode ser que isso tenha contribuído para que o Ceará esteja liderando o ranking nacional", afirma. Apesar disso, ele ressalta que o Nordeste concentra a maioria dos casos do País devido às condições climáticas da região, que contribuem com a proliferação do mosquito.

Segundo dados da Sesa, dos 6.419 casos notificados de dengue neste ano no Ceará, 2.834 foram confirmados (44,1%). Houve uma redução de 28% nos casos notificados em relação ao mesmo período de 2015 e redução de 71% nos casos confirmados, de acordo com Márcio Garcia. Dos 426 casos notificados de microcefalia causados pelo zika vírus, 17,5% foram confirmados, 26,1% descartados e 56,8% estão em investigação.

"Foram 27 óbitos no Estado, com 14 investigados e confirmados, causados pelo zika", disse o coordenador da Coprom-Sesa. Ainda segundo Márcio Garcia, em 2015, foram 13 casos de chikungunya, sendo nove importados e quatro autóctones, que são os que tiveram origem no Ceará. Neste ano, já foram 43 casos, 16 importados e 27 autóctones.

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/51385-0504gr-frente-combate-aedes-aegypti-revisado>



TERCEIRA (3ª) REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI

DATA: 26/04/16

HORA: 14h30min

LOCAL: Salão Nobre da Alec.

PAUTA: Discutir formas de potencializar o combate ao mosquito transmissor da dengue, da zika e da chikungunya.

DEPUTADOS PRESENTES: Carlos Matos, Fernanda Pessoa, Leonardo Pinheiro.

CONVIDADOS PRESENTES: Coordenador da Coprom-Sesa - Márcio Garcia,

RESUMO: Há 14 anos sem registrar um caso de dengue, o município de Pedra Branca, na microrregião do sertão de Senador Pompeu, será visitado no dia 10 de maio pela Frente Parlamentar de Combate ao Mosquito *Aedes aegypti*, liderada pelo deputado Carlos Matos (PSDB). O objetivo é observar a experiência positiva na região para reproduzir nas cidades com maior quantidade de casos de dengue, zika e chikungunya. Uma das ações da Frente será a realização de reuniões com as regionais da Região Metropolitana de Fortaleza, do Cariri, de Iguatu, de Limoeiro do Norte e de Sobral. A deputada Fernanda Pessoa (PR) destacou que, para a realização dos encontros, é de fundamental importância a participação dos agentes de saúde e de combate a endemias. A parlamentar também ressaltou a importância da integração com a Associação dos Prefeitos dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) para um combate mais incisivo. Já o relator da Frente, o deputado Leonardo Pinheiro (PP), destacou a importância dos encontros. “Quero parabenizar a iniciativa do deputado Carlos Matos e destacar que essa Frente vai contribuir bastante com a conscientização da população, possibilitando bons frutos”, comentou.

Segundo dados da Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa), no acumulado deste ano já foram confirmados 4.995 casos de dengue. Conforme a última listagem da Sesa, os 10 municípios com maior quantidade de casos são Icó, Tauá, Catarina, Tabuleiro do Norte, Baixo, Pacoti, Umari, Penaforte, Forquilha e Potengi.

“São 116 municípios com casos registrados, o que representa 63%. Três pontos devem ser observados nos municípios: o número de casos, o número de infestações e a quantidade de visitas”, afirmou a supervisora do Núcleo de Controle de Vetores da Sesa, Roberta de Paula Oliveira. Ela também afirmou que deverá ser dada uma atenção maior aos casos de chikungunya, que já totalizam 276 no acumulado deste ano no Ceará.

Entre os pontos apresentados durante a reunião desta terça-feira estão as parcerias com as universidades e com empresas. Também foi destacada a produção de material educativo, a campanha institucional, que já está sendo realizada pela Assembleia Legislativa, além da participação diária de parlamentares destacando as ações de combate ao mosquito na agenda dos meios de comunicação da Casa. Outro ponto discutido foi a possibilidade de elaboração de um aplicativo de cunho educativo para smartphones.

GR/AP

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/52107-2604-gr-frente-parlamentar-aedes-aegypti>



PRIMEIRA (1ª) REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 12/05/16

HORA: 8h30min

LOCAL: Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Cientificação de documentos; apreciação e votação de requerimentos e proposições.

DEPUTADOS PRESENTES: Dr. Sarto, Augusta Brito, Fernanda Pessoa e José Airton.

DELIBERAÇÕES:

I - Leitura, discussão e votação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária.

II – Expediente:

a) Leitura da correspondência e outros documentos recebidos:

Todos Cientificados

1.

Ofício nº 10/2016 (em 19/04/16) da Comissão de Saúde da OAB para a realização de visitas aos principais Hospitais Públicos estaduais e municipais.

2.

Email da OAB (em 22/04/16) – comunicado e questionário das visitas aos Hospitais.

b) Comunicação das matérias recebidas e distribuídas aos Relatores:

Todos Cientificados

1. PROJETO COM RELATORIA DESIGNADA PARA A DEPUTADA AUGUSTA BRITO

1.1. Proposição nº 010/2016 – Projeto de Indicação de autoria do Deputado Dr. Carlos Felipe “Dispõe sobre a realização de vacinação domiciliar em pessoas idosas, em pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitantes e degenerativas”.

2. PROJETO COM RELATORIA DESIGNADA PARA A DEPUTADA DRA. SILVANA

2.1. Proposição nº 011/2016 – Projeto de Indicação de autoria do Deputado Profº. Teodoro “Dispõe sobre a criação do Programa de Capacitação e Formação de Cuidadores de Idosos.

III - Ordem do Dia

a) Leitura, discussão e votação de requerimentos e relatórios em geral:

1. Requerimento nº 006/2016 de autoria da Deputada Fernanda Pessoa - “Discutir sobre a devolução dos 65 Agentes de Saúde do município de Pacatuba para o Estado”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Pedido de vista pelo Deputado Júlio César

2. Requerimento nº 007/2016 de autoria da Deputada Fernanda Pessoa - “Debater sobre a judicialização do funcionamento das UTI’s no Estado do Ceará”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Pedido de vista pelo Deputado Júlio César

3. Requerimento nº 008/2016 de autoria do Deputado Carlos Matos - “Discutir a situação dos pacientes portadores de Esclerose Múltipla no Estado do Ceará”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Pedido de vista pelo Deputado Júlio César

4. Requerimento nº 009/2016 de autoria do Deputado Odilon Aguiar - “Discutir os novos desafios e oportunidades de utilização da Fosfoetanolamina Sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna a partir da aprovação do Projeto de Lei Federal nº 4.639-A/2016”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Pedido de vista do Deputado Júlio César

5. Requerimento nº 010/2016 de autoria do Deputado George Valetim - “Debater a situação das Comunidades Terapêuticas: a sua importância para a Rede de Atenção Psicossocial no Estado do Ceará”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

6. Requerimento nº 011/2016 de autoria do Deputado Heitor Férrer - “Discutir os problemas relacionados com as políticas públicas de atendimento aos pacientes com

Lúpus Eritematoso e Artrite Reumatóide no Ceará, segundo solicitação formulada ao nosso gabinete parlamentar pelo Grupo de Apoio ao Paciente Reumático do Ceará – GARCE e pela Sociedade Cearense de Reumatologia”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Pedido de vista pelo Deputado Júlio César

7. Requerimento nº 012/2016 de autoria da Deputada Fernanda Pessoa - “Realização de uma etapa do Ciclo de Debates sobre Câncer de Mama para Parlamentares”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

8. Requerimento nº 013/2016 de autoria do Deputado Heitor Férrer - “Discutir sobre a crise que se abate sobre os hospitais da rede pública do Estado do Ceará”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Pedido de vista pelo Deputado Júlio César

9. Requerimento nº 014/2016 de autoria do Deputado Tomaz Holanda - “Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para debater sobre as condições de trabalho dos condutores de ambulância do estado do Ceará, no próximo dia 25 de maio de 2016.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Pedido de vista pelo Deputado Júlio César

10. Requerimento nº 015/2016 de autoria da Deputada Dra. Silvana – “Discutir os problemas atuais da Saúde Pública no Estado do Ceará”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Pedido de vista pelo Deputado Júlio César

b) Discussão e votação de proposições e pareceres, sujeitos à aprovação do Plenário:

1. Proposição nº 145/2015 - Projeto de Lei de autoria do Deputado Robério Monteiro - “Fica obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas para uso de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, no âmbito do Estado do Ceará”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Augusta Brito

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

2. Proposição nº 192/2015 - Projeto de Indicação de autoria dos Deputados Dr.Carlos Felipe e Augusta Brito - “Institui a Campanha de prevenção e detecção precoce de Câncer de Mama nos órgãos públicos do Estado do Ceará”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Fernanda Pessoa

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

3. Proposição nº 194/2015 - Projeto de Indicação de autoria do Deputado Dr.Carlos Felipe – “Institui o serviço de Telerradiologia Odontológica nos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOS) no âmbito do Estado do Ceará”.

ENTRADA: 18/02/2016

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Augusta Brito

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

4. Proposição nº 195/2015 - Projeto de Indicação de autoria do Deputado Dr.Carlos Felipe -“Dispõe sobre a implantação do serviço de Telerradiologia nos Hospitais Polos, Policlínicas e nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAS 24h) no âmbito do Estado do Ceará”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer do Relator

5. Proposição nº 197/2015 - Projeto de Indicação de autoria do Deputado David Durand - “Indica o pagamento de ajuda financeira mensal aos pacientes terminais, e dá outras providências”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Augusta Brito

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

6. Proposição nº 203/2015 - Projeto de Indicação de autoria do Deputado David Durand - “Dispõe sobre Transporte gratuito Intermunicipal para pessoas em Tratamento de Saúde, e dá outras providências”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Dra. Silvana

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

7. Proposição nº 204/2015 - Projeto de Indicação de autoria do Deputado David Durand - “Indica a obrigatoriedade das Unidades Públicas Estaduais de Saúde de investigar Microcefalia em fetos de gestantes com febre de Zika, e dá outras providências”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Augusta Brito

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

8. Proposição nº 205/2015 - Projeto de Indicação de autoria da Deputada Bethrose - “Dispõe sobre a realização de exame de Imunocromatografia rápida de troponina cardíaca na Rede Pública de Saúde do Estado”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer do Relator

9. Proposição nº 206/2015 – Projeto de Indicação de autoria da Deputada Bethrose - “Dispõe sobre a realização de exame oftalmológico, conhecido como teste do olhinho em crianças nascidas nos estabelecimentos que especifica e dá outras providências”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer do Relator

10. Proposição nº 207/2015 - Projeto de Indicação de autoria da Deputada Bethrose - “Dispõe sobre o fornecimento de cardápio específico a alunos portadores de Diabetes, nas escolas da rede pública de ensino”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer do Relator

11. Proposição nº 217/2015 - Projeto de Indicação de autoria do Deputado Dr.Carlos Felipe “Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame para detecção do câncer de próstata na rede ambulatorial (Policlínicas) do Estado do Ceará”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Augusta Brito

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

12. Votadas as Emendas da Proposição nº 119/2015 – Projeto de Lei de autoria da Deputada Brito em coautoria da Deputada Rachel Marques.

“Altera dispositivos da Lei nº 12.568, de 3 de abril de 1996 que institui o benefício da gratuidade em ônibus de empresas permissionárias de serviço regular comum intermunicipal às pessoas portadoras de deficiência física”.

EMENDAS:

1.1. Emenda Modificativa nº 001/2015 – de autoria da Deputada Rachel Marques

“Modifica o termo ‘pessoas portadoras de deficiência física’ ou ‘pessoas portadoras de deficiência’ para ‘pessoa com deficiência’ no Projeto de Lei nº 119/2015”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Contrário

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Contrário ao parecer do Relator

1.2. Emenda Modificativa nº 002/2015 – de autoria da Deputada Rachel Marques

“Define o conceito de pessoa com deficiência no Projeto de Lei nº 119/2015, com base na Lei Federal nº 13.146/2015”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado parecer do Relator

1.3. Emenda Modificativa nº 03/2015 – de autoria do Deputado Audic Mota

“Modifica a redação do caput e do parágrafo único do Art. 1º do Projeto de Lei nº119/2015”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado parecer do Relator

1.4. Emenda Modificativa nº 004/2016 – de autoria do Deputado Evandro Leitão

“Requer acatamento de emenda que modifica Artigo do Projeto de Lei nº 119/2015”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado parecer do Relator

QUARTA (4ª) REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI

DATA: 17/05/16

HORA: 14h30min

LOCAL: Salão Nobre da Alec.

PAUTA: Discutir formas de potencializar o combate ao mosquito transmissor da dengue, da zika e da chikungunya.

DEPUTADOS PRESENTES: Carlos Matos.

RESUMO: A Frente Parlamentar de Combate ao Aedes aegypti definiu, em reunião nesta terça-feira (17/05), que vai reunir municípios na Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece) para conhecer o enfrentamento das cidades ao mosquito e a doenças como dengue, zika e chikungunya. O encontro foi agendado para a próxima segunda-feira (23/05), na sede da Aprece.

O presidente da Frente Parlamentar, deputado Carlos Matos (PSDB), sugeriu que, inicialmente, fosse formado um grupo de 15 municípios, separados por microrregião. “Vamos ouvir o que eles dizem e quais são os desafios enfrentados”, disse o deputado.

A ideia é que os municípios mais afetados pelas doenças transmitidas pelo mosquito passem por uma formação e façam visita técnica ao município de Pedra Branca, para verificar a experiência positiva dos agentes de endemias da cidade. Durante a reunião, foi distribuído relatório sobre visita técnica realizada pela Frente Parlamentar ao município, no dia 10 de maio.

A Frente definiu ainda a realização de uma audiência pública para debater o combate ao Aedes aegypti, com a participação de diversos órgãos, como Aprece, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (Sesa), Secretaria da Educação do Estado Ceará (Seduc), Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Ceará (Cosems), Ministério Público e órgãos de limpeza urbana.

A Frente Parlamentar de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti foi instalada na Assembleia Legislativa em março deste ano, com a finalidade de acompanhar todas as ações de combate ao mosquito realizadas pelo Estado e pelos municípios, apontando sugestões para que o enfrentamento ao problema seja mais efetivo.

LF/AP

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-assembleia/noticias/item/52900-1705-lf-frente-parlamentar-aedes>



CICLO DE DEBATES SOBRE O CÂNCER DE MAMA PARA PARLAMENTARES – Requerimento da Deputada Fernanda Pessoa

DATA: 23/05/16

HORA: 9h

LOCAL: Auditório Dep. Murilo Aguiar.

PAUTA: Realização de uma etapa do Ciclo de Debates sobre o Câncer de Mama para Parlamentares.

DEPUTADOS PRESENTES: Fernanda Pessoa, Mirian Sobreira.

CONVIDADOS PRESENTES: Presidente do Comitê de Controle de Câncer - Dr. Luiz Porto, assessor de relações governamentais da Femama - Thiago Turbay, oncologista clínico - Eduardo Gronemberg, defensora Pública da União - Lídia Nóbrega.

RESUMO: O evento reuniu médicos especialistas em câncer de mama e membros de associações de apoio à pacientes. O debate com o tema: “Câncer de Mama no Brasil: Por que não curamos mais?”, foi mediado pela Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama).

A presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Mulher e autora da iniciativa, deputada Fernanda Pessoa (PR), definiu o encontro como um momento para se discutir melhorias na atenção a pacientes com câncer de mama da rede pública de saúde. “Sabemos do alto custo do tratamento e já demos nosso primeiro passo no sentido de colaborar, destinando R\$ 640 mil para as associações de apoio às pacientes com diagnóstico. Todos os parlamentares colaboraram para chegarmos a esse valor que ainda é pequeno, mas que já fará diferença”, disse a parlamentar.

Presente no debate, a deputada Mirian Sobreira (PDT) relatou sua experiência após encontrar um nódulo em seu seio. “Recentemente fiz a biópsia de um nódulo e só a possibilidade de estar com a doença me desestabilizou. Felizmente não deu em nada, mas e quando a paciente não tem recursos como eu tenho e fica dependendo de um fluxo de atendimento que sabemos é demorado?”, questionou ela.

Para o presidente do Comitê de Controle de Câncer, o mastologista Luiz Porto, uma das causas para a quantidade de óbitos de pacientes com câncer de mama ainda é o medo do exame. Segundo ele, muitas mulheres evitam a mamografia por medo de sentir dor durante o exame e de seu resultado. “São esperados 2.160 casos de câncer de mama no Ceará somente este ano, e a mamografia ainda é a nossa principal arma contra a doença. Além disso, precisamos interiorizar o tratamento no nosso Estado, pois este ainda é muito concentrado na Capital, o que desgasta nossas pacientes”, enfatizou o médico.

Segundo o oncologista clínico Markus Gifoni, as pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) não têm acesso ao mesmo tratamento que as pacientes das redes suplementares quando o diagnóstico é de câncer de mama. “O acesso é insuficiente ao diagnóstico e menor ainda ao tratamento. Sabemos que o motivo é o alto custo do tratamento, mas mesmo em casos avançados da doença já foi comprovado que há custo benefício”, pontuou.

Participaram também do debate o assessor de relações governamentais da Femama, Thiago Turbay; o oncologista clínico, Eduardo Gronemberg e a defensora Pública da União, Lídia Nóbrega.

LA /CG

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/53117-23-05-2016-la01>



QUINTA (5ª) REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI

DATA: 23.05.16

HORA: 14h30min

LOCAL: Auditório do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota

PAUTA: Discutir formas de potencializar o combate ao mosquito transmissor da dengue, da zika e da chikungunya

DEPUTADOS PRESENTES: Carlos Matos, Evandro Leitão, Fernanda Pessoa e Roberto Mesquita.

CONVIDADOS PRESENTES: Presidente da Aprece - Expedito Nascimento, coordenador do Comitê de Combate ao Aedes aegypti - Moacir Tavares, secretário de Saúde de Auiarés - Mário Peixoto, além de técnicos da Sesa e da Aprece.

RESUMO: A Frente Parlamentar de Combate ao Aedes aegypti da Assembleia Legislativa cobrou mais participação dos prefeitos e secretários de saúde dos municípios da região do sertão central durante a reunião realizada nesta segunda-feira (23/05), no Complexo das Comissões Técnicas da Casa.

O encontro foi realizado em parceria com a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), para discutir formas de potencializar o combate ao mosquito transmissor da dengue, da zika e da chikungunya. Dos 13 municípios convidados, apenas três enviaram representantes: Apuiarés, Santa Quitéria e Piquet Carneiro.

O presidente da Frente Parlamentar, deputado Carlos Matos (PSDB), lamentou o pouco interesse dos municípios em debater um problema que poderia ser enfrentado com ações preventivas de conscientização e de envolvimento da sociedade. "Temos visto que os municípios que fizeram um trabalho de combate estruturado estão vencendo essa guerra, como Pedra Branca, por exemplo", afirmou.

Ele lembrou que é preciso o apoio do Estado, através da Secretaria da Saúde, mas que mesmo com esse apoio estadual não haverá bom resultado sem o comprometimento dos prefeitos e secretários municipais de saúde.

Para o coordenador de promoção e proteção à saúde da Secretaria da Saúde do Estado (Sesa), Márcio Garcia, o trabalho que vem sendo realizado pela Frente Parlamentar de Combate ao Aedes aegypti é importante porque vem somar os esforços com a Sesa.

O presidente da Aprece, Expedito Nascimento, adiantou que todos os prefeitos estão empenhados em combater o mosquito da dengue, mas o apoio da Assembleia

Legislativa, através da Frente Parlamentar, vai ajudar a caminhar, no sentido de unir esforços através da troca de experiência entre os municípios, Sesa e parlamentares para fazer a diferença. "O mosquito da dengue está causando um grande transtorno à sociedade e, por isso, é preciso promover a união de todos para superar esse obstáculo", reconheceu.

O município de Santa Quitéria, segundo o prefeito Fabiano Lobo, desenvolveu o Projeto Citronela que consiste em doar mudas da planta, que é um excelente repelente de insetos, para serem cultivadas em casa. Quando a planta cresce, quem tem a citronela doa uma muda para o vizinho fazendo com que todos se responsabilizem no combate ao mosquito e se tornem agentes multiplicadores.

A próxima reunião da Frente Parlamentar de Combate a Dengue com os municípios do sertão central está marcada para ocorrer em Quixeramobim, em data ainda a ser definida. Na próxima semana, os integrantes da Frente vão se reunir com o Comitê de Combate ao *Aedes aegypti*, do Governo do Estado, juntamente com técnicos da Sesa, para traçar algumas propostas de ações que devem ser apresentadas na reunião de Quixeramobim.

WR/AP

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/53121-23-05-2016-wr>



SEXTA (6ª) REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI

DATA: 31.05.16

HORA: 14h30min

LOCAL: Auditório do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota

PAUTA: Discutir formas de potencializar o combate ao mosquito transmissor da dengue, da zika e da chikungunya.

DEPUTADOS PRESENTES: Carlos Matos.

CONVIDADOS PRESENTES: Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass) - Jurandi Frutuoso, professor e ex-secretário da Saúde do Estado – Anastácio Queiroz, Moacir Tavares – superintendente da Escola de Saúde Pública, representantes da Secretaria da Saúde do Estado (Sesa), da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece) e da Universidade Federal do Ceará (UFC).

RESUMO: A Frente Parlamentar de Combate ao *Aedes Aegypti* da Assembleia Legislativa deliberou, em reunião na tarde desta terça-feira (31/05), a realização de encontro regional entre prefeitos para discutir as experiências, desafios e casos de êxito

no combate ao mosquito no Ceará. O primeiro encontro será no município de Quixeramobim, durante o mês de junho, com participação de 13 municípios da região. O presidente da Frente, deputado Carlos Matos (PSDB), também informou que irá requerer a realização de uma audiência pública, que deve ser realizada no dia 10 de junho, para discutir o combate ao *Aedes aegypti*. O parlamentar também declarou que irá propor que a Lei de Diretrizes Orçamentárias acrescente como exigência a assinatura de convênios dos municípios com o Estado, para que as prefeituras coloquem em prática ações efetivas de combate ao mosquito.

O secretário executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Jurandi Frutuoso, participou da reunião da Frente Parlamentar e enfatizou que é fundamental agir tendo a percepção de que a dengue é um problema multicausal, que envolve também questões como coleta do lixo, esgoto sanitário e até crescimento desordenado das cidades. Ele também destacou a importância da comunicação com a população e que os veículos da Assembleia Legislativa devem estar envolvidos nas ações de prevenção.

O professor e ex-secretário de Saúde Anastácio Queiroz enfatizou a importância dos trabalhos de prevenção, especialmente com as mulheres grávidas, pois as chances de nascimento de crianças com microcefalia chegam a 26% quando a mãe é infectada. Ele também ressaltou que é preciso focar na qualificação dos agentes sanitários e orientar a população para que os cuidados sejam permanentes.

JM/AP

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/53369-3105-jm-reiniao-dengue>



OFICINA DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI

DATA: 09/06/16

HORA: 9h

LOCAL: Anexo 2 edifício dep. Jose Euclides Ferreira Gomes, sala C.

PAUTA: Definir ações para o mês de junho de 2016.

DEPUTADOS PRESENTES: Carlos Matos, Leonardo Pinheiro.

CONVIDADOS PRESENTES: Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e ex-secretário da Saúde Anastácio Queiroz; o coordenador do Comitê Gestor Estadual de Políticas de Enfrentamento à dengue, chikungunya e zika, Moacir Tavares; o prefeito de Jaguaribe, José Abner Diógenes; o prefeito de Pedra Branca, Pedro Vieira Filho; o coordenador da assessoria jurídica da Promotoria de Saúde, Tadeu Uchoa; além de

representantes dos Conselho das Secretarias Municipais da Saúde do Ceará (Cosems/CE), da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), da Fiocruz, de municípios cearenses e de outras entidades do Estado.

RESUMO: A Frente Parlamentar de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti vai realizar reunião na próxima terça-feira (14/06), às 14h30, na Assembleia Legislativa, para conhecer as ações de Fortaleza no combate ao mosquito, que é vetor da dengue, zika e chikungunya.

Foram organizados quatro grupos para discutir e propor ações relacionadas ao engajamento dos municípios no controle do mosquito e apresentação do Sistema Integrado de Combate ao Aedes Aegypti; ações específicas para os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e as dez maiores cidades do Interior em população; a situação dos dez municípios com situação mais grave de infestação do mosquito; e elaborar a prévia do relatório final até o dia 30 de junho.

O presidente da Frente Parlamentar, deputado Carlos Matos (PSDB), ressaltou o engajamento de setores produtivos na iniciativa da Assembleia Legislativa, como a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará (Fecomércio/CE).

Para Carlos Matos, o combate à epidemia precisa "do engajamento da sociedade". Ele defendeu ações estruturais, como investimento em saneamento básico. Segundo o parlamentar, apenas 37,5% dos cearenses possuem acesso ao esgotamento sanitário.

O relator da Frente, deputado Leonardo Pinheiro (PSD), explicou que a iniciativa objetiva contribuir para "minimizar essa epidemia que está assolando o Brasil todo e, em particular, o Ceará". O parlamentar comentou que os municípios do Interior sofrem com o avanço das doenças transmitidas pelo mosquito, em particular a chikungunya.

A assessora técnica da Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa), bióloga Ricristhi Gonçalves, esclareceu que "as ações de combate ao vetor Aedes aegypti são, principalmente, municipais". Ela informou que o ideal é que as prefeituras realizem, ao menos, seis visitas às residências no período de um ano.

Ricristhi Gonçalves apresentou ainda pesquisa, realizada em 82 municípios cearenses, apontando que 42,86% estão em situação de alerta de infestação do mosquito Aedes aegypti; 33,7% estão com risco de surto; e 29,87% estão em situação satisfatória.

O presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Expedito do Nascimento, disse que as cidades cearenses têm feito "uma ação muito efetiva" no combate ao mosquito. Foram apresentadas experiências consideradas exitosas de Pedra Branca e Jaguaribe.

GS/CG

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-assembleia/noticias/item/53787-0906-gs-frente-parlamentar-aedes-aegypti-r>



QUARTA (4ª) AUDIÊNCIA PÚBLICA – Requerimento da Dep. George Valentim

DATA: 14/06/16

HORA: 14h30min

LOCAL: Auditório Dep. Antonio Gomes de Freitas (nº5) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Debater a situação das comunidades terapêuticas e sua importância para a Rede de Atenção Psicossocial no Estado do Ceará.

DEPUTADOS PRESENTES: George Valentim.

CONVIDADOS PRESENTES: Promotora Isabel Porto - da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública do Ministério Público do Estado, Teresa Cristina Mota - representante do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde(Cosems), Marlúcia Gomes – representante do Conselho Estadual de Saúde (Cesau), Wagner Farias - membro do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas do Ceará, Evio Gianni – representante do Conselho Regional de Psicologia do Ceará, João Albuquerque - representante da Comunidade Terapêutica Grão de Mostarda, além das comunidades terapêuticas Atos, Casa de Abraão, Ágape, Manassés, Volta ao Caminho, e acolhidos por essas comunidades.

RESUMO: O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por intermédio da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde Pública, vai instaurar um inquérito civil público para investigar a legalidade do edital tipo pregão presencial lançado pela Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas. Esse foi o principal encaminhamento da audiência pública realizada pela Comissão de Seguridade Social e Saúde (CSSS), para discutir a situação das comunidades terapêuticas e a sua importância para a Rede de Atenção Psicossocial no Ceará.

O deputado George Valentim (PCdoB), autor do requerimento que solicitou o debate, reconheceu a iniciativa do ex-governador Cid Gomes de criar a Assessoria Especial de Políticas Sobre Drogas, que foi aperfeiçoada pelo governador Camilo Santana ao transformar a assessoria em Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas. "Esse debate pretende dar uma atenção maior à questão da dependência química, que está crescente em todo o Estado, por isso é importante a participação das comunidades terapêuticas que desenvolvem um trabalho de elevado alcance social, sem fins lucrativos e que são parceiras fundamentais para amenizar a problemática das drogas no Ceará", destacou.

O edital, que estabelece registro de preços para futuras e eventuais contratações de prestação de serviços de acolhimento voluntário de pessoas com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa em comunidades terapêuticas, foi suspenso por conta de questionamentos da Federação Cearense das Comunidades Terapêuticas.

O presidente da entidade, Júnior Braga, afirma que o processo foi aberto à participação de toda e qualquer pessoa jurídica, o que vai de encontro à resolução nº 01/2015, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad). Para ele, a Lei Estadual 119/2013, que contempla a celebração de convênios e congêneres, foi trocada há menos de 20 dias para encerrar o prazo dos convênios, substituída pelo edital pregão menor preço. "Há três anos o Estado vem pagando o valor de R\$ 1.000,00 reais, o que dá uma diária de R\$ 33,33, e agora, no lugar de reajustar o aumento das vagas, o Governo vai é diminuir e colocar as comunidades terapêuticas numa situação de confronto, brigando por lote", afirmou.

Alessandra Pimentel, representante da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD), informou que o órgão não pretende criar obstáculos para a participação das comunidades terapêuticas que são grandes parceiras na execução de políticas sobre drogas, mas a SPD tem como eixo principal a prevenção, o acolhimento, tratamento e a inserção social. "O Estado não é omissor na ajuda financeira, mas de acordo com as leis

de direito público, o Governo só pode entregar recursos para as comunidades terapêuticas via processo licitatório", informou.

WR /AP

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/53986-1406wr-ap-comunidades-terapeuticas>



SÉTIMA (7ª) REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO Aedes AEGYPTI

DATA: 15.06.16

HORA: 16h

LOCAL: Auditório do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota

PAUTA: Discutir formas de potencializar o combate ao mosquito transmissor da dengue, da zika e da chikungunya.

DEPUTADOS PRESENTES: Carlos Matos, Leonardo Pinheiro.

CONVIDADOS PRESENTES: Coordenador de Endemias da Secretaria Municipal de Saúde de Caucaia - Francisco Sousa Pires, representante do Núcleo de Endemias da SMS de Fortaleza - Eduardo Amêndola, gestora de programas do Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para o Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí - Tati Andrade.

RESUMO: Na reunião da Frente Parlamentar de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, presidida pelo deputado Carlos Matos (PSDB), foi apresentado, nesta quarta-feira (15/06), o Sistema Integrado de Combate ao Aedes aegypti (Sicae). O objetivo do projeto é tornar mais eficiente a luta contra a dengue, a zika e a chikungunya no Ceará.

“Estamos fazendo um protótipo do Sicae e validando. Nós estamos com dois terços dos municípios em situação delicada, com 60 deles em um momento grave, mas temos uma solução simples e barata”, disse o parlamentar.

Conforme ele, as ações estão divididas em quatro eixos: visitas às casas; detecção de focos; combate ao mosquito; e combate biológico. O diferencial seria o controle com peixes que se alimentam das larvas do mosquito, ao invés do larvicida, que degrada e é menos eficaz. A experiência já é utilizada em Pedra Branca (a 261 km de Fortaleza), conhecida por não ter um caso da doença há mais de dez anos.

Para o deputado Leonardo Pinheiro (PP), relator da Frente, a grande preocupação com o mosquito ocorre com a repercussão das doenças na vida da população por bastante

tempo, com destaque para a microcefalia nos recém-nascidos. “Ao final, a Frente irá produzir um relatório para dar um melhor direcionamento nas políticas públicas”, comentou.

Durante a reunião, também foi discutida a situação de combate ao Aedes na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), com destaque para a Capital, Caucaia, Horizonte, Eusébio, Aquiraz e Maracanaú. Segundo o supervisor técnico do Programa de Controle da Dengue, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Fortaleza, Carlos Alberto Barbosa, a capital cearense reduziu em 57% os casos de dengue nos últimos quatro anos.

Os bairros com maior incidência, de acordo com ele, são Prefeito José Walter, Planalto Ayrton Sena e Modubim. Além disso, ele ressaltou que os 1.528 agentes de endemias do município, mais 210 do Ministério da Saúde, assim como os 2.350 agentes de saúde ainda não são suficientes para dar a atenção necessária aos cerca de 116 mil imóveis da Capital. “Fortaleza tem uma boa estratégia de combate, mas algumas devem ser mudadas. Se der certo, nós vamos resolver 50% dos casos do Ceará”, disse.

Também foi discutida na reunião a proposta da Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) para a visita que irá ocorrer em Quixeramobim no próximo dia 22 de junho. Na ocasião, o Sicae será apresentado aos prefeitos e secretários de saúde dos municípios do Estado.

Desde o início das atividades, em março, já foram sete reuniões técnicas da Frente, uma visita a um município do interior e uma oficina técnica.

GR/AP

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-assembly/noticias/item/54056-frente-parlamentar-apresenta-sistema-integrado-de-combate-ao-aedes>



AUDIÊNCIA PÚBLICA DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI

DATA: 17.06.16

HORA: 14h30min

LOCAL: Auditórios Deps. Manoel de Castro e Castelo de Castro (nºs 1 e 3) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Discutir formas de potencializar o combate ao mosquito transmissor da dengue, da zika e da chikungunya.

DEPUTADOS PRESENTES: Carlos Matos, Fernanda Pessoa.

CONVIDADOS PRESENTES: Coordenador do Comitê Gestor Estadual de Políticas de Enfrentamento à dengue, chikungunya e zika - Moacir Tavares; supervisor técnico do Programa de Controle da Dengue, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Fortaleza - Carlos Alberto Barbosa; representante da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - Carlile Lavor; representante do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Ceará (Cosems) - Ana Virgínia; Roberta dos Santos - do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará; Nelcilene dos Santos - da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Adriana Melo - do Sindicatos dos Médicos do Ceará; Isabel Maria Porto - promotora de Justiça de Defesa da Saúde Pública do Ministério Público do Estado do Ceará; Ana Cláudia - pesquisadora da Fiocruz do Ceará; Tati Andrade - gestora de programas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para o Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí; Anastácio Queiroz - professor da Universidade Federal do Ceará (UFC); e Valéria Freire Gonçalves - da Universidade de Fortaleza (Unifor).

RESUMO: A Frente Parlamentar de Combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, em audiência nesta sexta-feira (17/06), discutiu ações e propostas de soluções para erradicação do mosquito no Ceará, definindo para a última semana de agosto a realização da Expozika. A reunião foi presidida pelo deputado Carlos Matos (PSDB), que também encaminhou a criação de uma brigada estratégica de combate ao *Aedes Aegypti* envolvendo a AL, o Estado e a sociedade; a necessidade de ações para promover o envolvimento das universidades, das instituições de pesquisa e dos setores produtivos; a elaboração de um livro de boas experiências, com os casos de sucesso dos municípios de Pedra Branca, Cedro e Jaguaribe.

De acordo com o parlamentar, as ações de combate à dengue, chikungunya e zika são baseadas em quatro eixos: mobilização da população; comunicação; revisão das políticas públicas; e ações estruturantes, que incluem esgotamento sanitário, e política de resíduos sólidos.

A deputada Fernanda Pessoa (PR) ressaltou a necessidade de valorizar o trabalho dos agentes de endemias e de saúde e também destacou outras ações. “Estivemos com diretores de escolas particulares que vão nos levar para o sindicato no intuito de organizarmos ações para conscientizar os alunos. Também estamos articulando uma reunião no distrito industrial (de Maracanaú) para divulgar iniciativas”, disse.

Conforme o coordenador do Comitê Gestor Estadual de Políticas de Enfrentamento à dengue, chikungunya e zika, Moacir Tavares, as soluções são bastante complexas, uma vez que a proliferação do mosquito vem junto com o processo de urbanização.

Para o supervisor técnico do Programa de Controle da Dengue, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Fortaleza, Carlos Alberto Barbosa, os focos se concentram nos imóveis, com a responsabilidade grande da população, sendo mais difícil uma ação direta da Prefeitura e dos cerca de 1.500 agentes de endemias do município.

Por outro lado, o representante da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Carlile Lavor, ressaltou a necessidade do aumento de pelo menos 1.000 agentes de endemias em Fortaleza, com o foco na educação da população, no intuito de erradicar o mosquito.

Já para representante do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Ceará (Cosems), Ana Virgínia, os planos de contingência dos municípios são os meios de ajudar no combate ao mosquito.

GR /AP

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/54160-audiencia-de-combate-ao-aedes-aegypti-define-expozika-para-agosto>



AUDIÊNCIA PÚBLICA DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO Aedes AEGYPTI

DATA: 04.07.16.

HORA: 14h30min.

LOCAL: Auditórios Deps. Manoel de Castro e Castelo de Castro (nºs 1 e 3) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Discutir formas de potencializar o combate ao mosquito transmissor da dengue, da zika e da chikungunya.

DEPUTADOS PRESENTES: Carlos Matos.

CONVIDADOS PRESENTES: Assessora da presidência da Cagece, Cybelle Melo; coordenador do Centro de Apoio à Cidadania, do Ministério Público, Hugo Porto; advogada Nelcilene Santos, membro da Comissão de Saúde da OAB-CE; presidente do Conselho Estadual de Saúde do Ceará (Cesau-CE), Ana Mello; presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Conacs), Ilda Angélica Correia, dentre outros.

RESUMO: O presidente da Frente, deputado Carlos Matos (PSDB), avaliou que comunicar é importante para mobilizar a sociedade. “Precisamos que os especialistas falem mais sobre a doença. Parece que não se sabe direito qual o impacto das diferentes doenças que o mosquito gera”, afirmou o deputado.

A médica Tati Andrade, especialista de programas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), apresentou levantamento feito em março de 2016 em Paraíba e Pernambuco, estados que lideram casos de microcefalia. A pesquisa buscou informações sobre a percepção das pessoas acerca do Aedes aegypti e doenças transmitidas pelo mosquito.

“A população demonstra ter conhecimentos das medidas de controle, mas são restritos e baseados apenas no que os meios de comunicação passam. Isso mostra que eles têm tido importância nesse processo, mas isso não tem sido suficiente”, comentou a médica.

O coordenador das Ações de Controle de Vetores da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Carlos Alberto Barbosa, informou que, conforme classificação de risco estipulada pelo Ministério da Saúde, o índice de infestação do Aedes em Fortaleza é de 2,02%. O número coloca o município em situação de alerta. O Ministério prevê que estão em condições satisfatórias municípios com índice menor que 1%. De acordo com ele, 80% dos focos estão nos domicílios.

Segundo o coordenador de Comunicação Social da AL, Adriano Muniz, os seis veículos de comunicação da Casa - TV, rádio, jornal, revista, mídias sociais e agência de notícias - constantemente trabalham informações de conscientização sobre o mosquito.

“Produzimos materiais específicos para cada mídia. Nos últimos três meses, fizemos campanha de comunicação nos principais veículos e comunicação do Estado, chamada Ceará sem Aedes”, afirmou Adriano Muniz. Ele sugeriu envolver a sociedade civil organizada para sensibilizar a população no combate ao mosquito.

O assessor especial de Comunicação do Governo do Estado, Chagas Vieira, afirmou que a questão do combate ao Aedes Aegypti é prioridade do Poder Executivo. “É uma luta de todos os cearenses, da sociedade e todos os Poderes. Todos estão engajados para fazer dessa união uma força maior de conscientização”, disse. Segundo Chagas, desde o ano passado, o Governo do Estado vem fazendo uma série de campanhas em vários veículos de comunicação.

Já o presidente da TV Ceará, Tibico Brasil, propôs a criação de um programa sobre saúde pública focado no combate ao Aedes. Durante a audiência pública, ficou acertado que a primeira veiculação deverá ser no dia 8 de agosto.

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/54710-frente-parlamentar-do-aedes-aegypti-debate-estrategias-de-comunicacao>



AUDIÊNCIA PÚBLICA DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI

DATA: 05.07.16.

HORA: 14h30min.

LOCAL: Auditórios Deps. Manoel de Castro e Castelo de Castro (nºs 1 e 3) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Discutir formas de potencializar o combate ao mosquito transmissor da dengue, da zika e da chikungunya.

DEPUTADOS PRESENTES: Carlos Matos, Leonardo Pinheiro.

CONVIDADOS PRESENTES: Eneas Romero, do Ministério Público; Virgínia Justa, assessora técnica do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Ceará (Cosems/CE); Cybele Praciano, assessora da presidência da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (Cagece); Antônio Lima, do curso de Medicina da

Universidade de Fortaleza (Unifor); Valmir Vilar de Carvalho, da Universidade do Parlamento Cearense (Unipace); Márcia de Paula, da Associação dos Municípios do Estado Ceará (Aprece); Jocileide Sales, do Centro Universitário Christus (Unichristus).

RESUMO: O presidente da Frente, deputado Carlos Matos (PSDB), destacou como encaminhamento a formação de um núcleo de integração entre as universidades, em que será possível organizar atividades de ação, dentre elas a participação na Expozika, prevista para o mês de agosto.

Além disso, ele ressaltou a formação de um “batalhão de jovens”, por meio de grupos de discentes das universidades, que ficarão responsáveis por criar soluções. Outra ação será a elaboração de uma carta às câmeras municipais, com informações técnicas disponibilizadas pelos acadêmicos.

O combate ao mosquito pela Frente é realizado a partir de quatro eixos de ação: mobilização social, comunicação, avaliação das políticas públicas, saneamento e ações estruturantes. “Quando vemos a zika, a chikungunya e a possibilidade de surgirem outras doenças, entendemos que as universidades não podem tirar isso da sua agenda de pesquisas. Nós queremos discutir sobre o nível de soluções”, afirmou Carlos Matos.

Para o relator da Frente, deputado Leonardo Pinheiro (PP), a integração das diferentes instituições é de fundamental importância para o sucesso das ações. “Um dos objetivos maior da Frente Parlamentar foi alcançada, que é o de engajar a sociedade civil, as instituições e, principalmente, os prefeitos”, disse.

A pró-reitora de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), Márcia Machado, listou uma série de atividades realizadas pela instituição, dentre elas a criação do site <http://www.aedes.ufc.br/>. No endereço, é possível agendar palestras sobre o tema, além de obter as mais diversas informações, como o download de 54 teses e dissertações compiladas sobre o assunto. Além disso, o UFC Virtual tem elaborado aplicativos e jogos educativos sobre o tema, enquanto um grupo de discentes da robótica tem realizado pesquisas no intuito de criarem peixes betta para o combate às larvas do mosquito.

“Na UFC, assumimos a responsabilidade e o compromisso de engajar a comunidade acadêmica, composta por cerca de 50 mil pessoas, por meio da criação de um comitê”, contou Márcia, destacando a relação de profissionais de diferentes áreas.

A representante da Universidade Estadual do Ceará (Uece), Gláucia Lima, também apresentou as ações realizadas pela universidade, que se organizou por meio de um comitê, que conta com a efetiva participação dos estudantes de graduação na relação com a comunidade do entorno dos campus.

GR/AP

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/54762-0507-gr-audiencia-aedes-universidades>



2ª (SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 07.07.16.

HORA: 08h30min.

LOCAL: Auditório do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Apreciação, discussão e votação de documentos e proposições.

DEPUTADOS PRESENTES:

DELIBERAÇÕES:

1. Requerimento nº 006/2016 de autoria da Deputada Fernanda Pessoa - “Audiência Pública para discutir sobre a devolução dos 65 Agentes de Saúde do município de Pacatuba para o Estado”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

2. Requerimento nº 007/2016 de autoria da Deputada Fernanda Pessoa - “Audiência Pública para debater sobre a judicialização do funcionamento das UTI's no Estado do Ceará”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

3. Requerimento nº 008/2016 de autoria do Deputado Carlos Matos - “Audiência Pública para discutir a situação dos pacientes portadores de Esclerose Múltipla no Estado do Ceará”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

4. Requerimento nº 009/2016 de autoria do Deputado Odilon Aguiar - “Audiência Pública para discutir os novos desafios e oportunidades de utilização da Fosfoetanolamina Sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna a partir da aprovação do Projeto de Lei Federal nº 4.639-A/2016”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

5. Requerimento nº 011/2016 de autoria do Deputado Heitor Férrer - “Audiência Pública para discutir os problemas relacionados com as políticas públicas de atendimento aos pacientes com Lúpus Eritematoso e Artrite Reumatóide no Ceará, segundo solicitação formulada ao nosso gabinete parlamentar pelo Grupo de Apoio ao Paciente Reumático do Ceará – GARCE e pela Sociedade Cearense de Reumatologia”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

6. Requerimento nº 013/2016 de autoria do Deputado Heitor Férrer - “Audiência Pública para discutir sobre a crise que se abate sobre os hospitais da rede pública do Estado do Ceará”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

7. Requerimento nº 014/2016 de autoria do Deputado Tomaz Holanda - “Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, para debater sobre as condições de trabalho dos condutores de ambulância do estado do Ceará, no próximo dia 25 de maio de 2016.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

8. Requerimento nº 015/2016 de autoria da Deputada Dra. Silvana - “Audiência Pública para discutir os problemas atuais da Saúde Pública no estado do Ceará”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

9. Requerimento nº 016/2016 de autoria do Deputado Carlos Matos - “Audiência Pública para discutir questões relativas às ações e propostas de solução para a erradicação do mosquito Aedes Aegypti no estado do Ceará”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

10. Requerimento nº 017/2016 de autoria do Deputado Audic Mota - “Audiência Pública para discutir os malefícios da margarina”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

11. Voltando com Emenda Modificativa a Proposição nº 103/2015 – Projeto de Indicação de autoria da Deputada Rachel Marques – “Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação do Estado do Ceará no resultado da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural nos termos da Lei Federal n.º 12.585, de 09 de setembro de 2013”.

EMENDA:

1.1. Emenda Modificativa ao Projeto de Indicação nº 103/2015 – “Modifica a ementa e os artigos 1º e 2º do Projeto de Indicação nº 103/2015

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Augusta Brito

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

12. Proposição nº 187/2015 – Projeto de Indicação de autoria do Deputado Dr. Santana - “Autoriza o poder executivo a estabelecer nova carga horária para as equipes de ESF, alterando a jornada de 8 horas diárias para 12 horas, a ser realizada em trabalho simultâneo de duas equipes de ESF, na forma que indica”

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Bethrose

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

13. Proposição nº 193/2015 – Projeto de Indicação de autoria do Deputado Leonardo Araújo -“Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação, em sítio eletrônico oficial, das listas dos pacientes que aguardam por consultas, exames e intervenções cirúrgicas nos estabelecimentos da rede pública de saúde do estado de Ceará.”

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Fernanda Pessoa

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

14. Proposição nº 211/2015 – Projeto de Indicação de autoria do Deputado David Duran - “Indica a criação da Política Estadual de Prevenção às Doenças Ocupacionais do Educador da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer do Relator

15. Proposição nº 010/2016 – Projeto de Indicação de autoria do Deputado Dr. Carlos Felipe -“Dispõe sobre a realização de vacinação domiciliar em pessoas idosas, em pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitantes e degenerativas.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Augusta Brito

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

16. Proposição nº 011/2016 - Projeto de Indicação de autoria do Deputado Profº. Teodoro - “Dispõe sobre a criação do Programa de Capacitação e Formação de Cuidadores de Idosos”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Dra. Silvana

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

17. Proposição nº 016/2016 - Projeto de Indicação de autoria do Deputado Capitão Wagner -

“Dispõe que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado do Ceará ficam obrigados a permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto imediato, sempre que solicitada pela parturiente”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer do Relator

18. Proposição nº 029/2016 - Projeto de Indicação de autoria do Deputado Agenor Neto -“Trata sobre a isenção de ICMS incidente sobre os produtos repelentes”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Augusta Brito

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

2ª (SEGUNDA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 18.07.16.

HORA: 16h45min.

LOCAL: Auditório do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Apreciação, discussão e votação de proposição.

DEPUTADOS PRESENTES: Antonio Granja(presidiu), Leonardo Pinheiro, Júlio César Filho, Evandro Leitão(nomeado pelo líder do Bloco PDT/PP/PEN, Dep. Ferreira Aragão, para substituir o Dep. Lucílvia Girão).

DELIBERAÇÕES:

1. Proposição nº 162/2015 - (Tipo de Proposição: Projeto de Lei de autoria do Deputado Dr. Santana e coautorias dos Deputados Roberto Mesquita, Carlos Felipe, Leonardo Pinheiro e Elmano Freitas.

“Normatiza o receituário para dispensação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos na Rede Básica de Saúde e adota outras providências”.

REGIME DE URGÊNCIA: NÃO

PEDIDO DE VISTA: NÃO

RELATORIA: Dep. Júlio César Filho

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Pedido de Vistas pelo Dep. Leonardo Pinheiro.

TRIGÉSIMA QUARTA(34ª) REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE, DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DE TRABALHO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO, DE EDUCAÇÃO E DE DEFESA SOCIAL

DATA: 05/10/16

HORA: 14h53min.

LOCAL: Auditórios Deps. Almir Pinto e Abelardo Costa Lima (nºs 2 e 4) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Discussão e votação de proposições e pareceres, sujeitos à aprovação do Plenário.

DEPUTADOS PRESENTES:

MEMBROS DA COFT: JÚLIO CÉSAR FILHO (PRESIDIU), ANTONIO GRANJA, WALTER CAVALCANTE, ROBERTO MESQUITA, ROBÉRIO MONTEIRO, ZÉ AILTON BRASIL, MOISÉS BRÁZ.

MEMBROS DA CTASP: ANTONIO GRANJA, WALTER CAVALCANTE, JÚLIO CÉSAR FILHO

MEMBROS DA CE: RACHEL MARQUES, MOISÉS BRÁZ, FERREIRA ARAGÃO, ZÉ AILTON BRASIL (INDICADO PELO DEPUTADO FERREIRA ARAGÃO, LÍDER DO BLOCO PDT, PP E PMB PARA SUBSTITUIR O DEPUTADO DR. SARTO).

MEMBROS DA CSSS: CARLOMANO MARQUES, DR. CARLOS FELIPE, ANTONIO GRANJA, JÚLIO CÉSAR FILHO.

MEMBROS DA CDS: ROBÉRIO MONTEIRO, RACHEL MARQUES, JÚLIO CÉSAR FILHO, FERREIRA ARAGÃO.

MEMBROS DA CMADSA: ROBERTO MESQUITA, ANTONIO GRANJA, ZÉ AILTON BRASIL

CONVIDADOS PRESENTES:

REGISTRADO PRESENÇA: NELSON MARTINS – SECRETÁRIO DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS; ARTUR BRUNO – SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (SEMA); ALINE MIRANDA – ASSESSORA ESPECIAL DO SISTEMA PRISIONAL (SEJUS); AIANE SAID – ASSESSORA JURÍDICA DA SEJUS.

DELIBERAÇÕES:

1. PROPOSIÇÃO N.º 87/2016 (ORIUNDA DA MENSAGEM N.º 8.031) - AUTORIA DO PODER EXECUTIVO - “ALTERA A LEI N.º 13.875, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO E CRIAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. (COFT, CTASP)

REGIME DE URGÊNCIA: NÃO

PEDIDO DE VISTA: SIM – SOLICITADO PELO DEPUTADO ELMANO FREITAS EM 20/09/16

RELATORIA: DEPUTADO EVANDRO LEITÃO

PARECER: FAVORÁVEL

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: APROVADO PARECER DO RELATOR

EMENDA MODIFICATIVA N.º 1/2016 DE AUTORIA DO DEPUTADO MOISÉS BRAZ – “MODIFICA A REDAÇÃO DO ART. 1º DO PROJETO DE LEI Nº 87/2016 QUE ACOMPANHA A MENSAGEM Nº 8.031, NA FORMA QUE INDICA”.

RELATORIA: DEPUTADO ZÉ AILTON BRASIL

PARECER: FAVORÁVEL

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: APROVADO PARECER DO RELATOR

EMENDA ADITIVA N.º 2/2016 DE AUTORIA DO DEPUTADO MOISES BRAZ –
“ACRESCENTA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI N.º 87/2016 QUE
ACOMPANHA A MENSAGEM N.º 8.031, NA FORMA QUE INDICA”.

RELATORIA:

PARECER:

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: RETIRADA PELO AUTOR

EMENDA ADITIVA N.º 3/2016 DE AUTORIA DO DEPUTADO MOISES BRAZ –
“ACRESCENTA DISPOSITIVO AO PROJETO DE LEI N.º 87/2016, QUE
ACOMPANHA A MENSAGEM N.º 8.031/16, NA FORMA QUE INDICA”.

RELATORIA: DEPUTADO ZÉAILTON BRASIL

PARECER: FAVORÁVEL

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: APROVADO PARECER DO RELATOR

**2. PROPOSIÇÃO N.º 89/2016 (ORIUNDA DA MENSAGEM N.º 8.039) - AUTORIA DO
PODER EXECUTIVO – “AUTORIZA A CELEBRAÇÃO PELO ESTADO DO CEARÁ DE
CONVÊNIO COM OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO OBJETIVANDO O
COMPARTILHAMENTO DE PESSOAL NA ÁREA DA SEGURANÇA PENITENCIÁRIA.”
(CTASP, CDS, COFT)**

REGIME DE URGÊNCIA:

PEDIDO DE VISTA:

RELATORIA:

PARECER:

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: RETIRADA DE PAUTA PELO PRESIDENTE DA
REUNIÃO

**3. PROPOSIÇÃO N.º 96/2016 (ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 8.047) - AUTORIA DO
PODER EXECUTIVO – “ALTERA OS INCISOS I E II DO ART. 2º DA LEI N.º 15.190, DE
19 DE JULHO DE 2012, QUE CRIA O PROGRAMA DE BOLSAS DE MONITORIA E DE
TUTORIA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO”. (CE; CTASP; COFT)**

REGIME DE URGÊNCIA: NÃO

PEDIDO DE VISTA: NÃO

RELATORIA: DEPUTADO ZÉAILTON BRASIL

PARECER: FAVORÁVEL

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: APROVADO PARECER DO RELATOR

**4. PROPOSIÇÃO N.º 97/2016 (ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 8.049) - AUTORIA DO
PODER EXECUTIVO – “DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI N.º 13.304, DE 19 DE
MAIO DE 2003, QUE CRIA E IMPLEMENTA O (SELO MUNICÍPIO VERDE), AMPLIA A
CONCESSÃO DO (PRÊMIO SENSIBILIDADE AMBIENTAL), E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”. (CMADS; CTASP; COFT)**

REGIME DE URGÊNCIA: NÃO

PEDIDO DE VISTA: NÃO

RELATORIA: DEPUTADO ZÉAILTON BRASIL

PARECER: FAVORÁVEL

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: APROVADO PARECER DO RELATOR

EMENDA ADITIVA N.º 1/2016 DE AUTORIA DO DEPUTADO RENATO ROSENO –
“ACRESCE DISPOSITIVO NA MENSAGEM N.º 97/2016, NA FORMA QUE INDICA”.

RELATORIA: DEPUTADO ZÉAILTON BRASIL

PARECER: CONTRÁRIO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: APROVADO PARECER DO RELATOR

**1. PROPOSIÇÃO N.º 98/2016 (ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 8.050) - AUTORIA DO
PODER EXECUTIVO – “ALTERA OS ARTS. 8º E 9º DA LEI ESTADUAL N.º 15.294, DE
08 DE JANEIRO DE 2013, QUE ALTEROU A ESTRUTURA E A TABELA VENCIMENTAL
DO GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES AUXILIARES DE SAÚDE DA**

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. (CSSS; CTASP; COFT)

REGIME DE URGÊNCIA: NÃO

PEDIDO DE VISTA: NÃO

RELATORIA: DEPUTADO DR.CARLOS FELIPE

PARECER: FAVORÁVEL

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: APROVADO PARECER DO RELATOR

TERCEIRA (3ª) REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 20/10/16

HORA: 8h30min

LOCAL: Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota

PAUTA: Apreciação, discussão e votação de requerimentos e proposições.

DEPUTADOS PRESENTES: Dr. Carlos Felipe (presidente em exercício), Dr. Sarto, Deputada Fernanda Pessoa e o Deputado Tomaz Holanda, indicado pelo líder do Partido PMDB Deputado Audic Mota, substituindo o Deputado Carlomano Marques

DELIBERAÇÕES:

1. Requerimento nº 018/2016 de autoria do Deputado Carlos Matos - “Requer a realização de Audiência Pública para discutir estratégias para ampliação do acesso ao atendimento de Terapia Ocupacional à população”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

2. Requerimento nº 019/2016 de autoria da Deputada Dra. Silvana - “Requer a realização de Audiência Pública para discutir o fechamento da emergência obstétrica do HGF”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

3. Requerimento nº 020/2016 de autoria da Deputada Fernanda Pessoa -“Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre os cuidados com os pacientes com dislipidemia”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

4. Requerimento nº 021/2016 de autoria da Deputada Fernanda Pessoa - “Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o Outubro Rosa”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

4. Requerimento nº 022/2016 de autoria do Deputado Carlos Felipe - “Requer a realização de Audiência Pública para debater o Adicional de Insalubridade dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Ceará”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

5. Requerimento nº 023/2016 de autoria do Deputado Renato Roseno – “Requer a realização de Audiência Pública para debater o Plano Estadual de Saúde do quadriênio 2016-2019”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

Discussão e votação de proposições e pareceres, sujeitos à aprovação do Plenário:

1. Proposição nº 027/2016 – Projeto de Indicação de autoria do Deputado Capitão Wagner “Concede redução de 50% (cinquenta por cento) na jornada diária de trabalho do servidor público civil e militar que tenha filho ou dependente portador de deficiência, na forma que indica”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer do Relator
EMENDA ADITIVA Nº 01/2016 DE AUTORIA DO DEPUTADO ROBERTO MESQUITA – “ADICIONA O §2 AO PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 027/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NA FORMA QUE INDICA”.

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer do Relator

2. Proposição nº 042/2016 – Projeto de Indicação de autoria do Deputado Agenor Neto - “Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento gratuito de repelente contra o mosquito Aedes Aegypti para as gestantes e dá outras providências”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputada Fernanda Pessoa

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer da Relatora

3. Proposição nº 176/2015 – Projeto de Indicação de autoria do Deputado Audic Mota -

“Dispõe sobre a admissão de Agentes de Combate às Endemias de acordo com a Lei Federal n.º11.350, §8º no quadro da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará”.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado o parecer do Relator

QUINTA (5ª) AUDIÊNCIA PÚBLICA – Requerimento da Deputada Fernanda Pessoa

DATA: 26/10/16

HORA: 11h

LOCAL: Auditório Dep. Antº G. de Freitas (nº5) do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota

PAUTA: Debater sobre o Outubro Rosa

DEPUTADOS PRESENTES: Fernanda Pessoa

CONVIDADOS PRESENTES: Maria Luiza Fontenele – ex-Deputada Estadual, Dr. Luís Porto – presidente do Comitê Estadual de Controle do Câncer, Ana Catarina – representante do Instituto de Prevenção do Câncer, Cláudia Belém – representante do Comitê Municipal de Controle do Câncer de Mama.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1- Que o Poder Legislativo divulgue constantemente nos meios de comunicação informações sobre a prevenção do Câncer de Mama;
- 2- Que o Estado do Ceará reconheça oficialmente o mês de outubro como o mês de combate ao Câncer de Mama;
- 3- Que seja incluída a Assembleia Legislativa no Comitê Estadual e Municipal de Prevenção do Câncer de Mama.

SEXTA (6ª) AUDIÊNCIA PÚBLICA – Requerimento da Deputado Dr. Carlos Felipe

DATA: 26/10/16

HORA: 14h

LOCAL: Auditório da UNIPACE.

PAUTA: DEBATER O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ.

DEPUTADOS PRESENTES: Dr. Carlos Felipe, Fernanda Pessoa, George Valentim.

CONVIDADOS PRESENTES: Jaqueline Castelo Branco e Selênia Oliveira Feitosa – representando a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, desembargador Francisco José Gomes – representando o Tribunal Regional do Trabalho, Marta Brandão – presidente do Sindisaúde, Luís Cláudio Celestino de Sousa – Sinasce, Maria do Carmo Queiroz – Cosems, Hélio de Almeida – CONACS, Márcia de Paula Sousa – representando a APRECE, Antonio Sérgio da Silva Anastácio – presidente do Conselho Municipal de Saúde de Fortaleza, Vianeí Martins – Assessor Jurídico do Sindisaúde

RESUMO: Deputados da Assembleia Legislativa vão propor emenda à proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para destinar recursos ao pagamento de adicional de insalubridade para os agentes comunitários de saúde do Ceará. A proposta foi apresentada em audiência pública realizada na tarde desta quarta-feira (26/10) pela Comissão de Saúde e Seguridade Social da AL.

O deputado Carlos Felipe (PCdoB), requerente do debate, afirmou que a ideia é mobilizar o maior número de deputados possível, para que assinem a emenda e a sugestão vá para a pauta de votação da Casa. O deputado ressaltou ainda que agentes de cerca de 60 cidades cearenses estavam presentes ao debate.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Ceará (Sindsaúde-CE) alega que o compromisso de pagar o benefício foi firmado pelo governador Camilo Santana. O deputado Carlos Felipe acredita que o Poder Executivo vai cumprir o compromisso com a categoria. “É um direito de vocês. Não tem sentido o Governo passar sem aprovar a insalubridade. Confio no Governo e vou cobrar com veemência”, destacou o parlamentar, lembrando que o reajuste do piso salarial dos agentes foi aprovado pela Casa Legislativa.

Para o deputado George Valentim (PCdoB), a discussão sobre o adicional está “juridicamente ultrapassada”, uma vez que o pagamento de insalubridade para atividades perigosas já está previsto no artigo 7º da Constituição de 1988.

Já a deputada Fernanda Pessoa (PR) afirmou que os agentes são “anjos da saúde”, pois são os primeiros a diagnosticar doenças entre as famílias. A parlamentar reforçou a necessidade de valorizar a categoria e também defendeu a criação de uma emenda à LOA para garantir a insalubridade.

A presidente do Sindsaúde-CE, Marta Brandão, disse que laudos apontam que a categoria dos agentes têm direito ao adicional de insalubridade por estarem constantemente expostos a agentes biológicos. “É uma questão de justiça, pelo trabalho fundamental que eles desempenham na prevenção de doenças e na promoção de saúde, levando cidadania às famílias que eles acompanham”, assinalou.

O desembargador Francisco José Gomes, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), esclareceu que a insalubridade é devida, conforme a legislação, a qualquer trabalhador que se expõe ao risco de contrair doenças ou moléstias. Ele explicou que o benefício é pago de acordo com três graus: mínimo, equivalente a 10%; médio, 20%; máximo, 40%. “Quem vai dizer se a atividade é insalubre e o grau de insalubridade é a perícia”, explicou. Para o magistrado, a atividade dos agentes é “indiscutivelmente insalubre” e merece o grau máximo de percentual, com efeito retroativo.

Representando a Secretaria da Saúde do Estado (Sesa), Selênia Oliveira Feitosa disse que a deliberação sobre o pagamento do benefício é atribuição do Governo do Estado, e não da Secretaria. Ela afirmou que levaria os encaminhamentos da audiência ao titular da Pasta, o secretário Henrique Javi.

LF/CG

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/58020-2610-lf-audiencia-insalubridade-ac>



SÉTIMA (7ª) AUDIÊNCIA PÚBLICA – Requerimento da Deputado Carlos Matos

DATA: 27/10/16

HORA: 16h

LOCAL: Auditório do Hotel Praia Centro.

PAUTA: Discutir estratégias para ampliação do acesso ao atendimento de Terapia Ocupacional à população.

DEPUTADOS PRESENTES: Carlos Matos.

CONVIDADOS PRESENTES: Luciana Wertheimer – presidente da Confederação Latino Americana de Terapia Ocupacional, Priscilla Viégas Barreto de Oliveira – representando o Conselho Nacional de Saúde, Naum Mesquita – representando a FENAFITO, Claides Barcelos – representando a ABRATO, Luzianne Feijó – presidente do XI CONNTO, Adriano Conrado – representando a COFFITO.

RESUMO: A discussão focou na valorização da profissão e na promoção do profissional junto à sociedade.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1- Pelo não fechamento do curso de TO da UECE;
- 2- Dialogar com a SESA sobre o papel da TO no Estado;
- 3- Avaliar o que existe de legislação para o profissional de TO e fazer cumprir a regulamentação e criar legislação para outras áreas como Assistência Social, Secretaria de Trabalho e Secretaria de Justiça;
- 4- Pensar na resistência multiprofissional;
- 5- Criar uma agenda de reunião com os profissionais;
- 6- Identificar as demandas e alinhar com as secretarias dos municípios.

3ª (TERCEIRA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 08.11.16.

HORA: 08h30min.

LOCAL: Auditório do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Apreciação, discussão e votação de requerimentos.

DEPUTADOS PRESENTES: Dr. Carlos Felipe(presidiu), Augusta Brito,Leonardo Pinheiro e Lucílvio Girão.

DELIBERAÇÕES:

1- Requerimento nº 024/2016 de autoria da Deputada Fernanda Pessoa - “Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o Novembro Azul”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

2- Requerimento nº 025/2016 de autoria do Dr.Carlos Felipe – “Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos da PEC 55, anteriormente PEC 241, que estabelece um limite para os gastos públicos pelos próximos 20 anos no Sistema Único de Saúde (SUS).

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

OITAVA (8ª) AUDIÊNCIA PÚBLICA – Requerimento da Deputado Dr. Carlos Felipe

DATA: 18/11/16

HORA: 14h

LOCAL: Auditório da Secretaria de Saúde do Estado.

PAUTA: Os impactos da PEC 55, anteriormente PEC 241 que estabelece um limite para os gastos públicos pelos próximos 20 anos no Sistema Único de Saúde.

DEPUTADOS PRESENTES: Dr. Carlos Felipe.

CONVIDADOS PRESENTES: Dep. Federal Odorico Monteiro, Vereador de Fortaleza Gardel Rolim, Ana Mello – presidente do CESAU e representando a APRECE, Imaculada Fonseca- representando a Secretaria de Saúde do Município de Fortaleza, Laciaa Lacerda – representando a OAB, Francisca Lúcia Nunes de Arruda – representando o Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Ceará, José Afrânio Pinho Pinheiro Júnior – representando o COSEMS, Érika Marques Nobre – representando o CREFITO, Vinício Brígido Santiago Abreu, Adriana Paula da Silva Melo – representando o Sindicato dos Médicos, Wesley Monteiro - representante dos estudantes do curso de Enfermagem da UFC.

RESUMO:

A Audiência Pública realizada pela Assembleia Legislativa do Estado Ceará em parceria com Conselho Estadual de Saúde do Ceará (Cesau-CE), na última sexta-feira, 18, debateu os impactos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55 nas áreas da saúde, educação e seguridade social.

A PEC 55 congela investimentos pelos próximos 20 anos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Em caso de descumprimento, a PEC estabelece uma série de vedações, como a proibição de realizar concursos públicos ou conceder aumento para qualquer membro ou servidor do órgão.

O deputado Dr. Carlos Felipe, que requereu a audiência após solicitação dos conselheiros do Cesau-CE, iniciou evento dizendo que a intenção do momento era de fazer com que as pessoas se apropriassem do assunto, ter a dimensão do que a PEC representa e avaliar o que pode ser feito diante da situação. “O assunto está sendo debatido em outras instâncias, mas precisamos que todas as categorias de trabalhadores se apropriem sobre

os impactos da PEC 55, como o congelamento por 20 anos dos gastos públicos com saúde, educação e seguridade social”, disse o deputado.

“Esse tema tem nos preocupado e tem sido pauta constante no Conselho. Sabemos que os investimentos na saúde, hoje, são insuficientes. Estamos recebendo denúncias por falta de atendimento, por falta de ações, principalmente, nos nossos Municípios. Existe uma preocupação constante, já que, com aprovação da PEC, o país sinaliza uma paralisação. Entendemos que o acesso à política de saúde tende a piorar tendo em vista o aumento e o envelhecimento da população”, destacou a presidente do Cesau-CE, Ana Mello.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1- Levar o tema da PEC 55 para as reuniões nos municípios;
- 2- Uma nota conjunta das entidades contra a PEC 55;
- 3- Visitas às ocupações estudantis nas universidades.

Hariádina Salveano

Contato: hariadina.salveano@saude.ce.gov.br / 85.3101.5211

Twitter: cesauce

Facebook: conselhoestadualdesaudeoceara

<http://www.cesau.ce.gov.br/index.php/noticias/43557-audiencia-publica-discute-impactos-da-pec55->



NONA (9ª) AUDIÊNCIA PÚBLICA – Requerimento da Deputada Fernanda Pessoa

DATA: 21/11/16

HORA: 9h

LOCAL: Auditório do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Debater sobre os cuidados com os pacientes com Dislipidemia.

DEPUTADOS PRESENTES: Fernanda Pessoa.

CONVIDADOS PRESENTES:

RESUMO: A formação de uma comissão intersetorial composta pelas secretarias municipais da saúde e pela Secretaria de Saúde do Estado (Sesa) para discutir o tratamento de pacientes acometidos pela dislipidemia foi proposta em audiência realizada na manhã desta segunda-feira (21/11), que discutiu o tema.

Segundo a deputada Fernanda Pessoa (PR), requerente da audiência, o objetivo da comissão seria avaliar quais pacientes poderiam utilizar o novo medicamento para

controle de colesterol - denominado novo alirocumabe - que foi aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no mês de agosto.

“Esse medicamento tem um custo elevado e seria bom que ele fosse disponibilizado nas redes públicas de saúde para a população que não tem condições de comprá-lo”, defendeu a parlamentar.

Ainda segundo Fernanda Pessoa, tem sido muito comum no País a judicialização do processo de obtenção de determinados medicamentos, o que prejudica o acesso à saúde de milhões de brasileiros. “É importante que as redes públicas do País possam disponibilizar o máximo possível de medicamentos fundamentais para a vida dos cidadãos, sempre prezando pela prevenção de doenças e promoção da qualidade de vida de todos”, salientou.

O representante da Sociedade Brasileira de Cardiologia, André Faludi, informou que um terço das mortes registradas no Brasil são causadas por problemas cardiovasculares, o que acarreta um elevado custo anual de tratamento e prevenção de doenças para a rede pública de saúde.

“As doenças cardiovasculares são preveníveis, mas o tratamento muitas vezes é prejudicado, porque ainda há, infelizmente, no País, uma falta de registros válidos, uma falta de estratégias de triagem para detectar casos-índice, e ainda há a barreira em relação ao custo/acesso aos testes genéticos”, comentou André Faludi.

O médico ainda defendeu a formação de mais centros de referência e a capacitação de profissionais em todo o País para tratar de doenças cardiovasculares.

O representante da Secretaria de Saúde de Fortaleza, David Nogueira, destacou as ações da Prefeitura em relação ao tratamento de pacientes com dislipidemia.

“Estamos, desde o começo da gestão municipal, desenvolvendo diretrizes clínicas adaptadas para a Capital, baseadas em diretrizes nacionais e internacionais, que têm priorizado o tratamento de patologias com um índice maior de acometimento na nossa comunidade, como, por exemplo, a hipertensão e a diabetes, que estão diretamente relacionadas à dislipidemia”, ressaltou David Nogueira.

Ainda de acordo com ele, já começaram a ser desenvolvidas também diretrizes adaptadas de combate e prevenção à obesidade e ao acidente vascular cerebral (AVC).

RG/GS

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/58741-21-11-2016-rg01>

ENCAMINHAMENTOS:

- 1- Criação de um Centro especializado com uma equipe multidisciplinar em dislipidemia nas policlínicas;
- 2- Ampliar a prescrição dos medicamentos, que atualmente é de três (03) meses para seis (06) meses;
- 3- Fortalecer as relações entre a Secretaria de Saúde do Estado com as dos municípios objetivando a ampliação dos conhecimentos dos profissionais da saúde na área.



DÉCIMA (10ª) AUDIÊNCIA PÚBLICA – Requerimento da Deputada Fernanda Pessoa

DATA: 28/11/16

HORA: 9h

LOCAL: Auditório do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Debater sobre o Novembro Azul.

DEPUTADOS PRESENTES: Fernanda Pessoa.

CONVIDADOS PRESENTES: Marcos Gadelha – secretário adjunto de Saúde do Estado, Marcos Flávio Holanda Rocha – presidente da Sociedade Cearense de Urologia, Romell Prata Regadas – presidente do Subcomitê de Controle do Câncer de Próstata, Alexandre Sabóia Leitão – médico urologista da CRIO.

RESUMO: O câncer de próstata atinge cerca de 60 mil homens no Brasil todos anos, sendo que 2.500 desses casos são registrados no Ceará. A informação foi dada pelo secretário adjunto da Saúde do Estado, Marcos Gadelha, em audiência pública realizada na manhã desta segunda-feira (28/11), para discutir a campanha Novembro Azul na Comissão de Seguridade Social e Saúde da Assembleia Legislativa.

A requerente da audiência, deputada Fernanda Pessoa (PR), ressaltou a importância de conscientizar a população a respeito da prevenção ao câncer de próstata. Para a parlamentar, ainda existe um grande preconceito, por parte dos homens, em querer realizar os exames de prevenção.

“Muitos acham que podem não acontecer casos de câncer de próstata na família, mas esse tipo de câncer é a segunda maior causa de mortes de homens. Com isso, fica o alerta da necessidade de fazer todos os exames de prevenção”, salientou.

Segundo Marcos Gadelha, a incidência do câncer de próstata no Brasil tem aumentado. “Melhoramos no diagnóstico precoce e nas campanhas de conscientização, portanto a expectativa de vida também aumentou”, informou. O secretário enfatizou que o diagnóstico precoce aumenta as chances de cura da doença.

O presidente do Subcomitê de Combate ao Câncer de Próstata, Rommel Prata, observou que a prevenção deve ser feita com 50 anos – 45 anos para quem já tem histórico da doença na família. “Os exames são o PSA e o exame de toque. Como essa doença demora a se manifestar, é importante fazer a prevenção constante”, afirmou.

O presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, Marcos Flávio, ressaltou que as mulheres têm um papel importante na prevenção das doenças do homem. “A mulher se cuida mais e também procura cuidar da saúde do seu filho, companheiro e familiar. No Sistema Único de Saúde (SUS), no ano de 2011, foram registrados 18 milhões de consultas nos médicos ginecologistas e apenas 2,6 milhões de consultas nos urologistas, por exemplo. Em nível nacional, apenas 15% dos homens fazem a prevenção”, disse.

Marcos Flávio enfatizou que, a cada oito minutos, um homem é diagnosticado com câncer de próstata no País. “Quando o diagnóstico é feito cedo, o câncer tem tratamento. É importante que seja feita a prevenção, para aumentar as chances de cura”, alertou.

GM/GS

<http://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/59045-2811-gm-01-audiencianovembroazul-r>

ENCAMINHAMENTOS:

1 – A deputada Fernanda colocou à disposição das entidades que compuseram a Mesa, os meios de comunicação da Assembleia, para veicular mídia informativa sobre a importância do diagnóstico precoce para a erradicação da doença;

2 - Que sejam desenvolvidas Políticas Públicas de Promoção de Saúde para que os Setores de Atenção Primária, Secundária e Terciária, numa visão macro, venham garantir o atendimento nas Policlínicas, onde os médicos encaminhem aos médicos urologistas

os pacientes diagnosticados precocemente com câncer de próstata. Firmando assim o consórcio compartilhado entre gestores de saúde responsável pela promoção da saúde.



4ª (QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 08.12.16.

HORA: 08h30min.

LOCAL: Auditório do Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota.

PAUTA: Apreciação, discussão e votação de requerimentos e proposições.

DEPUTADOS PRESENTES: Dr. Carlos Felipe(presidiu), Augusta Brito, Bethrose e Dra. Silvana.

DELIBERAÇÕES:

1. Requerimento nº 026/2016 de autoria da Deputada Fernanda Pessoa - “Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre os cuidados com os pacientes com acromegalia e doenças neuroendócrinas no Estado do Ceará”.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

**Discussão e votação de proposições e pareceres, sujeitos à aprovação do Plenário:
EXTRA PAUTA**

Proposição nº 58/2016 – Projeto de lei de autoria do Deputado David Durad- DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE CARTAZ, NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE QUE REALIZAM ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR, COM DIVULGAÇÃO DE DIREITOS DOS PACIENTES COM CÂNCER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

EMENDA MODIFICATIVA Nº01, DE AUTORIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO DAVID DURAND, QUE MODIFICA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 1º, DO PROJETO DE LEI Nº 58/2016

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado

Proposição nº 83/2016 – Projeto de lei de autoria do Deputado Audic Mota-INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DA DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE A DISPENSAÇÃO DE

MEDICAMENTOS GRATUITOS À POPULAÇÃO PELA REDE ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ.

REGIME DE URGÊNCIA: Não

PEDIDO DE VISTA: Não

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: **Aprovado**

EMENDA SUPRESSIVA N° 01/2016, DE AUTORIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO EVANDRO LEITÃO, QUE SUPRIME O ART. 2° DO PROJETO DE LEI N°83/2016

RELATORIA: Deputado Leonardo Pinheiro

PARECER: Favorável

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: **Aprovado**

**46ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ORÇAMENTO, FINANÇAS
TRIBUTAÇÃO; DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE
INDÚSTRIA E COMÉRCIO, TURISMO E SERVIÇOS; DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
EDUCAÇÃO SUPERIOR; DE SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE E DE CULTURA E
ESPORTE**

DATA: 19.12.16

HORA: 9h30min

LOCAL: Complexo de Comissões Técnicas Dep. Aquiles Peres Mota

PAUTA:

DEPUTADOS PRESENTES: Apreciação, discussão e votação de proposição.

MEMBROS DA COFT: JULINHO, ANTÔNIO GRANJA, EVANDRO LEITÃO, ELMANO FREITAS, ROBERTO MESQUITA ROBÉRIO MONTEIRO E DRA. SILVANA;

MEMBROS DA CTASP: ANTÔNIO GRANJA, DRA. SILVANA (AUTODICADA PARA SUBSTITUIR O DEPUTADO AGENOR NETO, LÍDER DO PMDB, CONFORME ART. 70 DO REGIMENTO INTERNO), LEONARDO PINHEIRO, JULINHO E DR. SARTO;

MEMBROS DA CICTS: ROBERTO MESQUITA, DR.CARLOS FELIPE E LEONARDO ARAÚJO (INDICADO PELA DEPUTADA DRA. SILVANA, LÍDER DO PMDB, PARA SUBSTITUIR O DEPUTADO TOMAZ HOLANDA, CONFORME ART. 70 DO REGIMENTO INTERNO);

MEMBROS DA CCTES: DR.CARLOS FELIPE, DRA SILVANA (AUTODICADA PARA SUBSTITUIR O DEPUTADO AGENOR NETO, LÍDER DO PMDB, CONFORME ART. 70 DO REGIMENTO INTERNO), ELMANO FREITAS (AUTOINDICADO COMO LÍDER DO PT, PARA SUBSTITUIR O DEPUTADO MOISÉS BRAZ, CONFORME O ART. 70 DO REGIMENRO INTERNO);

MEMBROS DA CSSS: DR.CARLOS FELIPE, DR. SARTO, LEONARDO PINHEIRO, DRA SILVANA, FERNANDA PESSOA E ANTÔNIO GRANJA;

MEMBROS DA CCE: EVANDRO LEITÃO, ELMANO FREITAS, DRA. SILVANA E ROBÉRIO MONTEIRO.

JOÃO JAIME

DELIBERAÇÃO:

PROPOSIÇÃO N.º 120/2016 (ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 8.071) – DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO – “FACULTA AOS OCUPANTES DE CARGOS/FUNÇÕES INTEGRANTES DA CARREIRA DE MÉDICO, PERTENCENTES AO GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE (SES), INSTITUÍDO PELA LEI N.º 11.965, DE 17 DE JUNHO DE 1992, COM EXERCÍCIO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE (SESA), A ALTERAÇÃO

DA CARGA HORÁRIA DE 20 (VINTE) PARA 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS” (CSSS; CTASP; COFT)

REGIME DE URGÊNCIA: SIM - APROVADO EM 15/12/2016

PEDIDO DE VISTA: NÃO

RELATORIA: DEPUTADO EVANDRO LEITÃO

PARECER: FAVORÁVEL

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO: APROVADO PARECER DO RELATOR

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E SAÚDE

RESUMO DAS ATIVIDADES DE 2016

REUNIÃO ORDINÁRIA	04
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	03
REUNIÃO CONJUNTA	04
AUDÊNCIAS PÚBLICAS	10
PROJETO DE LEI	03
MENSAGEM	06
EMENDA	23
PROJETO DE INDICAÇÃO	20
PROJETO DE RESOLUÇÃO	01
REQUERIMENTOS	25
OFÍCIOS, MEMOS, OUTROS (Externos)	02
ESTUDO TÉCNICO	26
REUNIÃO/AUDIÊNCIA/OFICINA DA FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI	11
CICLO DE DEBATES SOBRE O CÂNCER DE MAMA PARA PARLAMENTARES	01

SERVIDORES DA COMISSÃO

SECRETÁRIO

Galileu Viana Filho

ASSESSORES

Ana Gisela Melo Coelho

Clara de Assis Martins de Castro

Irami Pinheiro Tavares Teixeira

Júlia Bastos Cavalcante

Maria Cléia Barbosa Magalhães

Maria Jucyara Moreira Lima

Regina Elizabeth Cavalcante Arruda

ESTAGIÁRIO

Igor Cartegiane Moraes Ximenes de Aragão Mesquita